

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

NAÇÃO E MASCULINIDADE EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS

EMERSON R.F. DE ALMEIDA

SÃO CARLOS- 2007

NAÇÃO E MASCUNILIDADE EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS UMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

NAÇÃO E MASCULINIDADE EM GRANDE SERTÃO: VEREDAS

EMERSON R. F. DE ALMEIDA

**Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da
Universidade de São Carlos, como
parte dos requisitos para obtenção
do Título de Mestre em Ciências
Sociais.**

Orientador: Richard Miskolci

São Carlos – 2007

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A447nm

Almeida, Emerson R. F. de.
Nação e masculinidade em *Grande Sertão: Veredas* /
Emerson R. F. de Almeida. -- São Carlos : UFSCar, 2009.
103 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2007.

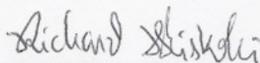
1. Identidade nacional. 2. Masculinidade. 3. Sertão. 4.
Sertanejos. I. Título.

CDD: 302 (20^a)

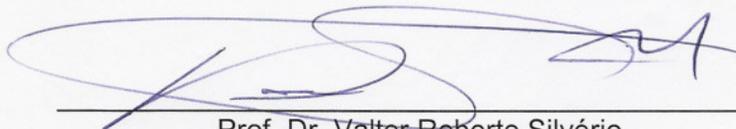
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Emerson Rodrigo Ferreira de Almeida

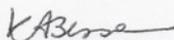
30/08/2007

A handwritten signature in blue ink, reading 'Richard Miskolci', positioned above a horizontal line.

Prof. Dr. Richard Miskolci
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

A large, stylized handwritten signature in blue ink, positioned above a horizontal line.

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

A handwritten signature in blue ink, reading 'Karla Bessa', positioned above a horizontal line.

Profa. Dra. Karla Bessa
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Dedico à memória de minha mãe Idalina Ferreira

"O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra de montão". Guimarães Rosa

Agradecimentos:

Ao presente dissertação é resultado da pesquisa que se desenvolveu no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de São Carlos, no período de 2005 a 2007. Gostaria de expressar minha gratidão a todos/as que contribuíram para esta pesquisa.

Ao meu orientador Richard Miskolci pela sua paciência, dedicação e inúmeras sugestões ao trabalho desenvolvido no mestrado.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa: *Corpo, Identidade Social e Estética da Existência*, pelas ricas leituras e discussões que contribuíram para esta pesquisa.

A todos os funcionários da Biblioteca do IEB-Instituto de Estudos Brasileiros (USP), sempre muito prestativos.

À Flavia, companheira e amiga soube como ninguém o que mais me afligia nesse período. (e a toda família Izumida)

Aos meus irmãos que mesmo não presentes nesse meu cotidiano empreenderam uma verdade força de pensamentos positivos e pela grande amizade.

Aos amigos de longa data Fernando, Gustavo, Thiago (os Tentonis), Edson, José Rodrigo que compartilharam em todas as minhas angústias e alegrias de ontem e de hoje.

À Priscila Nunes que me acompanhou sempre atentamente nesse período, de longe e de perto.

Aos companheiros de Alojamento nesses dois anos de experiência juntos (Bloco 28)

A Banca examinadora por sua disponibilidade de tempo e aceitação ao convite.

Resumo

Grande Sertão: Veredas de Guimarães Rosa se insere na tradição cultural brasileira (literária e científica), marcada pela problemática da nação. O romance dialoga com esta tradição e, em especial, com o clássico *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha. Ainda que inserido em uma linhagem de obras que discute a nação e a identidade brasileira, o romance de Rosa também subverte ou desloca alguns de seus ícones, particularmente no que toca à imagem do típico brasileiro como um sertanejo degenerado (Euclides da Cunha) ou doente (Monteiro Lobato). No romance em foco, o sertanejo guerreiro, ou jagunço, é apresentado no par Riobaldo-Diadorim, o primeiro enamorado do segundo que, não sabe, trata-se de uma mulher travestida de jagunço, uma donzela guerreira, corajosa e capaz. Assim, nenhum dos protagonistas reproduz o ideal de masculinidade historicamente associado na criação de figuras icônicas da nacionalidade.

Palavras-chaves: nação, “raça”, identidade nacional, sertão, sertanejo, masculinidade, estudos culturais

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1	
1.1. Para uma sociologia do campo literário.....	18
1.2. A crítica literária e o seu escopo literário – a crítica tradicional do romance.....	21
1.3. A formação do campo literário brasileiro.....	28
1.4. Comparação em dois momentos da crítica –Euclides da Cunha e Guimarães Rosa.....	35
Capítulo 2.	
2.1 A interpretação do Brasil na linha literária.....	46
2.2 O sertão e o não sertão- A autenticidade nacional.....	51
Capítulo 3.	
3.1. O Brasil pensado como um corpo, um todo orgânico – Da velha República a década de 1950.....	60
3.2 Brasil – um corpo e alma doentes – Uma identidade nacional indefinida.....	68
3.3. Missão Civilizatória – O Sertão é o Brasil.....	74
3.4 Modernismo e Nacionalismo nos anos de 1920 a 1950.....	78
Capítulo 4.	
4.1. Homoerotismo no Romance de Guimarães Rosa.....	88
4.2. Uma confissão com muitas narrativas- As cisões no hegemônico....	89
4.3. Diadorim- Um amor subversivo.....	94
Conclusões	98
Bibliografia	101

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar como o romance *Grande Sertão: Veredas* se insere na tradição intelectual brasileira marcada pelo imperativo de construção da identidade nacional. Neste sentido, somado ao tema da identidade nacional, emerge a masculinidade como um de seus elementos constitutivos menos explorados. O tema da cultura brasileira e a sua identidade, nas palavras de Renato Ortiz (1985), é um antigo debate que se apresenta no Brasil e ainda hoje alimenta uma discussão em torno do que é o nacional. Dentro desta contenda, dois escritores merecem destaque: Euclides da Cunha e Guimarães Rosa. Na obra de ambos, o sertão aparece não apenas como espaço geográfico, mas também como campo discursivo no qual se apresentam construções contraditórias e diferenciadas sobre o Brasil e seu povo.

Toda e qualquer identidade se faz com referência à diferença. A identidade nacional costuma ser construída em oposição ao estrangeiro. Temos a partir disso várias interpretações a respeito do que seria essa identidade com relação àquela que vem do exterior. A partir da geração 1870, a maioria de nossos intelectuais refletiu sobre o Brasil e sobre nossa nação dentro deste registro comparativo com o exterior. Em geral, a comparação era sempre negativa para nós, o que é patente até mesmo em um autor da virada do século XIX para o XX como Euclides da Cunha. Em *Os Sertões* (1902), romance-tratado, Euclides apresenta a questão nacional marcada por interpretações deterministas de cunho eugênico e, portanto, racistas.

A partir da década de 1930, a questão da cultura brasileira como forjadora de uma identidade social particular ganha força. Assim, a partir de uma visão dirigida não mais para o exterior, antes que buscava atender para nós mesmos, emergiu a compreensão de que dizer que somos diferentes não bastava; era preciso dizer com que nos identificávamos (Ortiz, 1985). Com base nesta perspectiva passamos a ter na cultura nacional um valorizado elemento de autenticidade, apoiado no que seria uma legítima cultura brasileira.

Em menção a esta problemática que, nesta dissertação, buscaremos, a partir de uma abordagem da sociologia da cultura associada aos estudos culturais contemporâneos, analisar um produto cultural, o mais conhecido romance de

Guimarães Rosa. *Grande Sertão: Veredas*, o qual, além de uma grande obra artística, também é produto de circunstâncias históricas e sociais enunciáveis. O livro se insere, até pelo título, em uma tradição intelectual brasileira que privilegiou a discussão sobre a identidade nacional e também sobre aquele que seria o mais autêntico representante de nosso povo: o sertanejo.

O paralelo entre Euclides da Cunha e seu tratado e Guimarães Rosa e seu romance é tão claro quanto inevitável. Assim, dentro dos limites possíveis em uma dissertação de mestrado, procuraremos traçar paralelos que esclareçam o diálogo entre Guimarães e seu romance com Euclides e suas teses sobre o Brasil e os brasileiros. O foco será a valorização do homem do interior como representante do tipo nacional mais “puro” assim como a discussão de como esta ênfase em um homem sertanejo, particularmente o jagunço, reconstitui no Brasil a figura do cidadão nacional como eminentemente masculina e guerreira, fato historicamente analisado por diversos pesquisadores no contexto europeu e norte-americano.¹

O paralelo analítico mostra que a discussão sobre a nacionalidade brasileira difere em dois momentos, cada qual representado aqui, respectivamente, pelas obras de Euclides e de Guimarães Rosa. Se a questão nacional em Euclides resvalava para um balanço negativo sobre nossas perspectivas como nação, devido às suas premissas eugênicas; em Guimarães, ao contrário, nota-se um diagnóstico positivo a respeito da cultura brasileira e do futuro desta nação mestiça e guerreira. Em meio século, de 1902 a 1956, as discussões sobre a cultura brasileira e sobre a nação se alteraram radicalmente. A obra de Guimarães se insere na virada de discussões sobre o ser nacional no interior numa visão otimista, menos marcada por determinismos e diagnósticos raciais sobre nosso povo. Não por acaso, o romance que propomos analisar em termos sociais e históricos, é lançado no contexto em que as idéias de Gilberto Freyre estão consolidadas e em que ascende o nacional-desenvolvimentismo que culminaria na eleição de Juscelino Kubitschek para a presidência da República com o slogan “50 anos em 5”.

Buscaremos evidenciar o espaço em que se deram debates e embates sobre o que seria a cultura brasileira e qual seria a melhor forma de definir a identidade nacional. Aspectos esses que iremos apreender no conjunto da formação das

¹Esta imagem do cidadão-guerreiro ou soldado é analisada em OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A Construção Social da Masculinidade*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004.

ciências sociais, desde os fundadores das ciências sociais brasileiras até os que estão próximos do período da escrita de Guimarães Rosa.

Antes faremos uma discussão histórica e sociológica sobre o campo literário-intelectual brasileiro de fins do XIX até a década de 1950. Apresentaremos duas perspectivas antagônicas para entender a construção sociológica e artística da obra de Guimarães Rosa. Discutiremos, primeiramente, a metodologia proposta por Pierre Bourdieu em *As Regras da Arte*, a sua análise que se dá pelo foco de campos. O autor francês explica como compreende o período analisado, as forças que atuaram para definição das ciências sociais e do campo artístico. Bourdieu problematiza os campos científicos e literários, como sendo diferentes com o avanço recente de especializações científicas, e discorre para cada à formação e propostas de análises desses campos que estão marcadas por uma identidade nacional. No entanto, a abordagem de Bourdieu excede na explicação científicista, e até mesmo complacente a uma investida na ciência e a sua objetividade excessiva nas obras artísticas.

Para contrapor a doxa de Bourdieu, da ciência como um libelo para a compreensão da obra artística, trataremos de discutir essas relações sobre a arte e o agente da crítica ou mesmo o acadêmico preso a sua hegemonia científica, de classe e de tempo. Assim, escolhemos para contrapor as explicações mais científicistas de Bourdieu, pelas abordagens dos Estudos Culturais², dando ênfase aos estudos Pós-colonial³ que encerra a análise do último capítulo desta dissertação. O recorte desta abordagem privilegiará as relações entre *Grande Sertão: Veredas* e as obras literárias anteriores que identificavam no sertanejo a figura emblemática do brasileiro.

² Estudos Culturais tem sua origem na Universidade de Birmingham, em 1964, como Centre for Contemporary Cultural Studies, grosso modo, o termo que marca a recusa de divisões disciplinares, constituem como suporte para compreensão de debates científicos contemporâneos sobre a cultura, mas de maneira crítica, não esquecendo que nossas sociedades também são regidas por relações econômicas e políticas, seus precursores são Raymond Williams e Edward P. Thompson, que são autores expoentes da Nova Esquerda européia nas décadas de 1950 e 1960. CF. Mattelart, Armand – Introdução aos Estudos Culturais, São Paulo: Parábola Editorial, 2004, ver também Williams, Raymond *Marxismo e Literatura*, Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

³ Pós-Colonialismo é a convergência dos Estudos Culturais, em que Stuart Hall preencheria com temas de gênero, etnicismos, racismos e identidades culturais. É a crítica ao processo de produção do conhecimento científico que, ao privilegiar modelos e conteúdos próprios ao que se definiu como cultura nacional nos países europeus, reproduziria, em outro termos a lógica colonial. Trata-se, portanto, de uma configuração do campo discursivo. CF. Costa, Sergio Desprovinciando a Ciências Sociais In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – Vol 21, número 60, 2006, p.134-1.

A figura emblemática do brasileiro consta na proposição de autenticidade do homem do interior. Há vários fatores da constituição de nacionalidade que não são longínquos temporalmente já que ela apela para um passado construído segundo os interesses de cada momento histórico. Elegemos a obra de Euclides da Cunha *Os Sertões* como ponto inicial para a discussão sobre a nacionalidade, pois *Grande Sertão: Veredas* se insere na tradição estabelecida por Euclides de compreender o sertão como detentor da identidade cultural brasileira autêntica. Temos o uso da palavra sertão, como já salientado por Walnice Galvão (1972) como região que não significa necessariamente um espaço, mas uma representação de um espaço entre o que é civilizado e o que não é civilizado, o contraste entre litoral e interior, o mesmo evidenciado por Wille Bolle (2004). De qualquer forma, a análise mais contundente e sólida é a apresentada pela socióloga Nísia Trindade Lima (1999) a respeito desse sertão. Em *Um Sertão chamado Brasil*, Lima discute a representação geográfica da identidade nacional, a qual se revela, na verdade, uma representação simbólica, pois sertão não significa apenas um lugar, mas também o espaço intelectual imaginário sobre o qual se assenta boa parte das reflexões a respeito da identidade brasileira, particularmente aquelas construídas na dualidade entre interior e litoral.

O referencial de povo contido primeiramente em Euclides está numa negativa: o tipo não eugênico de povo que se encontra no interior do Brasil. Por outro lado, Euclides coloca em dúvida a própria natureza superior da população branca do litoral, marcada pelas influências parasitárias da cultura estrangeira. Dessa maneira, evidencia-se porque é inevitável comparar a obra de Guimarães Rosa com a de Euclides, pois ambas constituem-se como marcos literários dentro de uma mesma tradição intelectual que tem como objeto a cultura brasileira e o problema da nacionalidade cristalizada em tipos-ideais contrastivos: o homem do litoral e o do interior, o sertanejo.

Em ambos os romances, há uma discussão sobre o que é civilização e o que é barbárie em que os conflitos bélicos interiores e a própria figura do guerreiro (quer o soldado quer o jagunço) são discutidos. A categoria nação é representada a partir da figura masculina guerreira, mas isto ocorre de forma diversa em cada um dos autores. O escritor mineiro aparentemente coloca em xeque o ideal de virilidade hegemônica que marca os personagens de Euclides e, portanto, também o ideal

masculino de nacionalidade. Rosa insere o elemento do homoerotismo como constitutivo da virtude guerreira do protagonista de seu romance, haja vista que Riobaldo luta por seu amado Diadorim. A homoafetividade transgride o espaço do eminentemente masculino hegemônico do sertão e se revela portadora não apenas de um impulso de coragem, antes de um elemento civilizador que contribui para a posterior pacificação do interior.

Diante disso, tomamos nota a partir dos temas que ligam à obra de Guimarães Rosa à de Euclides da Cunha. Nosso foco estará no autor mineiro e sua obra, portanto, não nos aprofundaremos em Euclides ou em *Os Sertões*, antes os teremos como referência comparativa. Nosso método privilegiará a dupla historicização: do autor Guimarães Rosa inserido em seu tempo e em seu campo artístico-intelectual e também do próprio romance. Distanciamos-nos, portanto, de análises que enfatizam os elementos míticos e ahistóricos de *Grande Sertão: Veredas* e nos aproximamos da metodologia empreendida por representantes dos estudos culturais como Sander L. Gilman ou pelo sociólogo Richard Miskoci.

Em *Thomas Mann, o Artista Mestiço* (2003), Miskolci historicizou a experiência de vida do escritor alemão e suas obras de forma a permitir uma compreensão sociológica da forma como elas se articulavam, por meio de questões que a época impunha ao artista e o modo como passavam a ser parte constitutiva da fatura literária. No caso desta dissertação de mestrado, a dupla historicização (do autor e de seu romance) se dará com o exame de dois eixos articulados: a questão da identidade nacional brasileira e o elemento de masculinidade guerreira que a encarna na figura do sertanejo ou jagunço.

A dissertação se divide em quatro capítulos, iniciaremos com uma análise de como *Grande Sertão: Veredas* se insere em uma tradição intelectual brasileira de reflexão sobre nossa cultura e a identidade nacional cotejadas pela crítica literária. Tentaremos explicitar, no primeiro capítulo, como a análise literária contribuiu para colocar a obra de Guimarães Rosa como intérprete da nação brasileira. O comprometimento da crítica literária está em utilizar o expediente da análise puramente interna, uma metodologia ahistórica que tende a mitificar a obra. Inclui também o elemento exterior, mas dentro de uma concepção do escritor como sujeito autônomo e completamente consciente no domínio criativo e, portanto, criador “genial”. Pretendemos explicitar como estas formas de análise são parciais e até

mesmo mitologizadoras, o que as leva a iniciar ou concluir com uma interpretação que corrobora a crença na constituição de valores nacionais autênticos e imutáveis.

A análise literária predominante também deixa de lado as questões que são essenciais para a análise sociológica, como as transformações de mentalidades que a crítica não absorve de forma significativa. A questão da constituição de campos que iremos trabalhar apoiados em Bourdieu no primeiro momento, que, no entanto, não responde a uma perspectiva crítica da ciência no terreno da arte que imprime uma distinção na interpretação dos chamados interesses científicos e artísticos, ou daquele quem fala e porta uma verdade, num discurso ocidental. Ao contrário do pós-colonialismo, que, iremos nos apropriar neste estudo, imprimem uma distinção na interpretação dos chamados interesses científicos e artísticos. A análise sociológica como sendo de potencial neutro e sem arbitrariedade epistemologicamente preso ao que é arte e o que é ciência tem, no entanto, referências ocidentais. No pós-colonialismo, por outro lado, expressa de maneira crítica esta regra e emprega a questão de resistência, e promoção do conhecimento não-ocidental. Para o debate da entre crítica literária e a sociologia, utilizaremos as várias referências a grupos de estudiosos que praticam cada qual a sua metodologia, na análise de Bourdieu, é um indicativo de uma postura de elementos arbitrários entre esses estudiosos que estão entre cientistas e críticos de arte.

Por conseguinte, pensamos em fazer as seguintes divisões: no primeiro capítulo, abordaremos em que reside no Brasil de Euclides, e posteriormente no de Guimarães Rosa, as diferenças em que diz respeito à função da literatura. Enquanto, no primeiro momento, de Euclides da Cunha, não há uma distinção entre fazer literatura e sociologia, num segundo momento, de Guimarães Rosa esta distinção passa a ser clara. Assim, evitaremos comparações diretas das obras como se ambas estivessem dentro do mesmo registro interpretativo da nação brasileira, como faz, por exemplo, Wille Bolle ao reunir ambos os autores, Euclides e Guimarães Rosa, no seleto grupo de intérpretes da nação. Bolle coloca a questão sem as especificidades de seus períodos históricos e, sobretudo, dos dois paradigmas diversos de compreensão da problemática nacional. Enquanto Euclides escreveu em uma época em que não havia uma diferenciação entre o campo literário e científico, Rosa, por sua vez, está num período em que tais campos se mostram separadas. O romancista de *Grande Sertão:Veredas*, portanto, na sua

escrita não expunha de maneira explícita termos científicos como sendo uma teoria sobre a questão/solução social ou política.

No segundo capítulo, exploraremos como esta mesma tradição de pensar a gramática entre literatura e termos científicos sublinhava a figura emblemática da nacionalidade brasileira. Esta nacionalidade sempre num homem, em geral do interior, mais comumente o sertanejo para a construção de uma autenticidade brasileira. Análise em seu aspecto inicialmente racial transforma-se, num segundo momento, nos anos 1930, numa questão de cunho cultural, mas cujo apanhado cultural exclui e reitera discussões sobre o que é moderno e atrasado. Buscaremos retratar a história desta figura do atrasado e do moderno desde *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha, perpassando pela figura doente e preguiçosa de *Jeca Tatu*, criada por Monteiro Lobato, até chegar ao sertanejo-guerreiro, o jagunço do romance de Rosa.

Pretendemos, no terceiro capítulo, enunciar as continuidades e rupturas na figura do sertanejo em suas diferentes versões científicas que afloram no período retratado por nós. A questão da autenticidade nacional procurou travar uma luta de civilizações, um imperialismo à brasileira, que se inicia nas interpretações raciais e chega a uma “patologização” do interior, visto como espaço a ser explorado e higienizado. Entre fins do dezenove e começo do século vinte, isto é claro nas várias incursões Brasil adentro, como as explorações do interior feitas pelo Marechal Rondon. Posteriormente, dominará um ideário de desenvolvimento nacional e de ideologia progressista em que a expansão para o interior apelará para a idéia de integração nacional assentada em um discurso culturalista de democracia racial. Exploraremos no quarto e último capítulo, a forma paradoxal com que Guimarães Rosa transfere a civilização dos soldados litorâneos de Euclides para a figura dos sertanejos-guerreiros, expediente a um tempo, mitologizante, por se apoiar na romantização do jagunço e inovador, pois transfere autenticidade ao homem do interior. Além dessa mudança significativa, não é em uma masculinidade hegemônica que Rosa apóia sua narrativa civilizadora, e sim na figura ambígua de Riobaldo, homem que se revela valente e guerreiro por estar imbuído do amor por outro jagunço, Diadorim. Emerge, assim, o homoerotismo como motor da pacificação do sertão e, na virilidade tradicional e belicosa, Rosa apresenta o homoerotismo que a ronda e desfaz.

Capítulo 1

1.1. Para uma sociologia do campo literário

Grande Sertão: Veredas, publicado em 1956, é considerada pela crítica como uma das principais obras da literatura brasileira da segunda metade do século XX. Destaca-se pela sua apreensão do homem do interior e seus valores.

Pretendemos analisar esta obra de Guimarães Rosa em uma perspectiva sociológica que mostre sua importância para a compreensão das abordagens do tema da nação brasileira se configurou em estruturas diferentes em cada época. Neste sentido, refletiremos sobre algumas questões que envolvem a produção literária. A experiência de uma obra artística para o nosso escopo sociológico traz, além da chamada análise histórica e social, a temática de um produto cultural, em específico, a literatura. A obra cultural contém experiências e estruturas de sentimentos de uma sociedade e um período particular, na qual se apresentam e se confrontam forças hegemônicas, resistências e dissidências importantes na formação de culturas em que determinada sociedade ou país está envolto.

Neste capítulo, discutiremos o que podemos aferir, na época de Guimarães Rosa, em relação a um grupo de escritores e de seus críticos, sua origem em termos de classe, os métodos da crítica literária e como se confere valor a uma obra de arte a ponto de alçá-la a clássico nacional. Não por acaso, esta história se insere em uma mais ampla, a da literatura europeia que, num determinado período, com a ascensão da burguesia nos séculos XVIII e XIX, declarou o romance produto artístico respeitável de forma a poder criar um cânone da literatura de cada país, marcado pelos valores particulares de sua nacionalidade.

Antes de prosseguir em nossa análise, diferenciaremos nosso empreendimento sociológico para a análise predominante de cunho literário. E, também, faremos um apanhado dos conceitos de *campo* e *habitus* em Pierre Bourdieu, para pensarmos como é feita a crítica e endossamento tanto da crítica literária como da sociologia e pontuarmos cada qual a sua análise. Porém essas questões tomam como exemplos para a análise, mas faremos a crítica desses

pontos entre os conceitos de Bourdieu e mesmo o do campo literário, pois pensamos que as fundamentações científicas não permanecem num terreno seguro de análise. Assim, na perspectiva do Pós-Colonialismo trataremos de desconsiderar o exercício intelectual como ferramenta de verdade. A questão sobre a racionalidade que examina Bourdieu está envolto sob uma referência de racionalidade européia, por assim dizer, confiante na sua análise, o que iremos contrapor num segundo momento desta dissertação.

A análise de Bourdieu sobre a questão da objetividade das ciências sobre o objeto é uma doxa sobre a crença racional (européia) de estabelecer dentro de sua epistemologia uma forma de controle sobre objetos, nesse caso, a questão do produto cultural. No nosso caso, a questão sobre a obra de Guimarães Rosa *Grande Sertão: Veredas*, mesmo que seja de análise cultural ou artística, a metodologia do sociólogo francês é sob a identificação objetiva para a compreensão da obra. Sabemos que a sociologia se ocupa do espaço de racionalidade nas análises até mesmo da análise artística para uma objetivação desta. O fato de tratar a questão num contexto social-histórico específico significa que a sociologia tem seus avanços em sua metodologia, mas crer na proposição de uma racionalidade pura e direta é descartar valores da qual ela está associada, valores, idéias, representações, em que a literatura ao ser compreendida pode reforçar certos empreendimentos que conhecemos como racionais e de cunho objetivo. A literatura pode estar imersa numa compreensão científica, mas a problemática fica em quem propõe a análise, cujas interpretações científicas estão dentro de hegemonias do que é ou não ser racional, num conceito de ciência. Esses sim têm a partir de um referencial de análise e determina o que é uma ciência dentro de uma conformidade, muitas vezes, européia de visão, ainda mais internamente ao objeto de estudo que tem características de países de herança colonial, como no caso o Brasil.

No entanto, por questões metodológicas, faremos os passos da análise a partir de Bourdieu, estamos conscientes que esses passos serão necessários para que possamos compreender o contexto do escritor e todo o emaranhado de relações que criam ou mesmo possibilitam a produção de uma chamada obra artística. Apenas assim teremos ferramentas para avaliarmos, com relação à obra de Guimarães Rosa, suas especificidades, mas também o que o insere em um grupo

de escritores e em uma tradição intelectual, para duas diferentes situações de escrita de Euclides da Cunha e o escritor mineiro.

Como estratégia analítica, partiremos dos conceitos de campo que formula Bourdieu. Primeiro, debateremos o monopólio da análise literária e os seus métodos, pois este estudo se dá em um escopo sociológico que se diferencia dela. Depois iremos tratar sobre a cientificidade da análise da obra literária. Segundo Bourdieu, os críticos literários imaginam que a obra de arte não pode ser investigada de forma completa, racional e objetiva, alegam barreiras intrínsecas à obra artística, segundo visão do sociólogo francês, é possível contextualizar os agentes em seus campos e, desta forma, empreender uma análise em que a obra seja compreensível em suas relações com a história, às questões de seu tempo e estruturas da qual o autor se posicionava frente a elas.

Em um segundo subcapítulo, exploraremos a questão muito em voga para análise de um produto cultural, que é a literatura e seus mecanismos de aceitação pela crítica e em sua inserção nacional. Assim, começaremos a pensar como trabalharemos conceitos-chave para uma discussão do papel da crítica literária. Para isso discutiremos como a crítica literária se valeu de uma tradição, embora saibamos que ela se multiplicou em termos de métodos e explicações na literatura, principalmente com relação à exploração mais marxista de concepções de obras literárias, dinamizadas em questões históricas, sociais e ideológicas. Ainda que não possamos negar um avanço para a discussão de um produto cultural dentro de um contexto social e histórico, debateremos como o exame da crítica literária com os seus chamados gênios baseia-se em uma metodologia ainda presa à idéia do escritor como sujeito absoluto, consciente de seus domínios intelectuais e sua incrustação diante de sua condição de local, melhor, nacional.

No último subcapítulo, exporemos o exemplo de crítica, diremos o exemplo de Wille Bolle, que explora a questão da obra literária num escopo externo, fazendo paralelos entre Euclides da Cunha e Guimarães Rosa em contextos diferentes, que ignora uma questão sociológica básica que é a formação de campos de saberes especializados. Isto não existia na época de Euclides, mas é algo claramente definido na época de Rosa. Desta forma, temos a formação de saberes especializados que dita a função da literatura em dois momentos, uma no contexto de Euclides, interpretativa e aspirando ser científica, e a outra em Rosa no seu

campo literário e sua função de arte literária sem maiores preocupações interpretativas e científicas na sua escrita (Lepenies,1996).

1.2. A crítica literária e seu escopo metodológico – a crítica tradicional do romance

Nesta primeira parte, buscaremos analisar sociologicamente a obra de Guimarães Rosa. Assim, apoiá-nos-emo no conceito de campo de forma a encarar o romance como obra inserida na construção desta esfera, marcada por seu tempo e pelas relações então existentes entre escritores, público e crítica. Para depois contrapor a partir de uma análise dentro dos campos culturais de desconstrução hegemônica sobre o escopo científico, seja ela qual for, principalmente, na literatura, que veremos nesta dissertação é feita com ideais de construção de nação e ou de povo ou identidade cultural essencializadora de determinado local.

O romance *Grande Sertão: Veredas* é um produto cultural de seu tempo, o que nos permite historicizá-la e localizá-la com seus discursos e repercussões de sua época. Com base nos conceitos de campos de Pierre Bourdieu estudaremos a obra no que envolve a escrita do romancista e como isso é influenciado a partir do chamado campo artístico em que ele está inserido, pois cada campo tem suas próprias regras. O campo artístico envolve outros, não só de literatos, mas também de críticos que elevam a obra sempre num caráter subjetivo, por meio de análises que giram em torno de aspectos da cultura de um povo e de suas representações de “gosto e sensibilidade estética”. Este gosto criado pela crítica literária está vinculado à idéia de um suposto valor de uma classe que pensa a territorialidade e os processos de construção de nação, o que faz da obra um grande exemplar na cultura nacional.

Isso é importante para entendermos o período da década de 1950, na qual o romance de Guimarães Rosa é escrito e cujo Brasil que conhecemos deste período passa por mudanças socioeconômicas profundas. Com nossa análise propomos definir os agentes responsáveis pela transformação deste romance em um marco

cultural brasileiro. Para isso, não nos fecharemos apenas em discussões estéticas, antes abriremos nossa compreensão no que faz da obra o que ela é, desvelando o contexto estético, político e social no qual ela se insere.

Para a compreensão da obra no instante que é escrita e repercutida, seu processo de aceitação passa por várias vias que são necessárias para ela ter reconhecimento de público. Aliás, a aceitação de público está interligada, na maioria das vezes, com o aval de uma crítica. Assim, o exame sociológico de *Grande Sertão: Veredas* exige tratar do conteúdo de sua crítica, a saber, o que se tem dito sobre a sua escrita, aceitação do público e seu sucesso até hoje. Fazer uma análise sociológica sobre a crítica, a propósito de sua metodologia ou mesmo onde se inclui em determinado grupo de pessoas e público, é tratar a questão no seu caráter sócio-histórico, em específico, nacional, para conferir como uma obra se torna ou não de cunho artístico.

Antes, para tornar mais fácil a compreensão desse mecanismo de análise de uma obra artística, é necessário discutir como se dá, em termos de origem de um grupo, ou melhor, de onde vem a crítica especializada, que veremos posteriormente, de intelectuais que pensam as obras no seu caráter de construção de autenticidade cultural nacional e de valores elevados de uma determinada localidade, nação.

Segundo Pierre Bourdieu, o monopólio da interpretação da obra de arte está restrito à crítica literária. A partir disso, o que procuramos neste trabalho não é a substituição da análise, antes é o trabalho sociológico sobre a obra de arte, e como esta se torna tão importante para a construção de uma ideologia de Estado com seus contornos de autenticidade nacional ou de “raízes brasileiras”, Dentro dessa concepção de arte, o nacional é sempre redefinido com o ritual de tradição e modernidade.

A crítica especializada interessa a este estudo, pois esta traz elementos para compreender o porquê se conferiu relevância nacional ao romance de Guimarães Rosa. Para isso, temos que passar a entender como surge este seleto grupo de conhecedores da obra literária. A formação da crítica literária nos países ocidentais é bem anterior à crítica literária brasileira, a qual se forma aqui em fins do século XIX. Este capítulo servirá para expormos a crítica na abordagem sobre Guimarães Rosa, e como esta crítica baseou-se em um apanhado de nacionalismo e de uma valorização de uma cultura nacional autêntica. A crítica desenvolveu ao longo de

uma tradição de estudos literários uma forma de expor aquilo que se chama de “gosto” ou “sensibilidade” como critérios para definição da qualidade literária. A obra de Guimarães Rosa está para a crítica literária nesta tradição, de escolha da obra no seu caráter de gosto e sensibilidade⁴.

Para Raymond Williams (1979), a literatura é uma categoria social histórica especializada. Assim, como a vemos atualmente, se baseia em construções sociais históricas, as suas escolhas estão dentro de um chamado grupo de pessoas, melhor dizendo, de uma classe que estabelece os seus valores o que é ou não literatura. Segundo Williams, a passagem de conhecimento para gosto ou sensibilidade na literatura acontece na fase final de uma passagem de profissão erudita *paranacional*, que inicia com base social originada na igreja e em seguida nas universidades, e tendo as línguas clássicas como material comum, para uma profissão cada vez mais definida em sua posição de classe. E segue o autor dizendo que a crítica é um conceito essencialmente associado a essa evolução. A "Crítica especializada", com suas relações sempre difíceis de senso geral e persistente de descobertas de defeitos levantados sobre literatura, cria critérios de conhecimento até o exercício consciente de gosto, sensibilidade e discriminação.

Williams afirma que "os conceitos de literatura e crítica são, na perspectiva do desenvolvimento histórico social geral, formas de especialização de classe e controle de uma prática social geral, e de uma limitação de classe das questões que poderia levantar." (Williams, 1979, p. 55). A especialização da crítica, ao longo dos anos, formou escolas que postularam verdades, beleza e vitalidade de linguagens, e os romances mais consagrados são os que apresentam os meios convincentes para isso.

Essa evolução dependeu, em primeiro lugar, de uma ampliação do conceito de 'tradição'. A idéia de uma 'literatura nacional' vinha crescendo fortemente desde o Renascimento. Ela recorreu a todas as forças positivas do nacionalismo cultural e suas realizações reais. Trouxe consigo um senso da 'grandeza' ou 'glória' da linguagem nativa, em relação a qual houve, antes do Renascimento, uma apologia convencional em comparação com uma língua 'clássica'. Cada uma dessas realizações, fortes e ricas, foi real; a literatura nacional e a língua maior estavam, agora, realmente 'ali'. Mas, dentro da especialização da

⁴ Benedito Nunes (1991), Walnice Nogueira Galvão (1997) e Francis Utéza (1994), para citarem alguns, abordaram cada qual respectivamente o amor na obra de Guimarães Rosa, a relação mítica d'A *donzela-guerreira* e a figura andrógina de Diadorim.

'literatura', cada uma delas foi redefinida, de modo a ser identificada com os 'valores literários' e autodefendidos. A literatura nacional deixou logo de ser uma história e se tornou uma tradição. (Williams, 1979, p. 57)

A partir dessa assertiva de Williams sobre a idéia comumente aceita e propagada do que é uma obra de peso, temos no contexto nacional brasileiro, o romance de Guimarães Rosa inserido na crítica literária de sua época, que se tornou referência obrigatória para a compreensão do interior de país, do "brasileiro autêntico" encontrado nos sertões, ou ainda como interprete da cultura nacional⁵ A perspectiva do seu romance assume um caráter pedagógico de Estado e construção de identidade. Edward W. Said em *Imperialismo e Cultura* (2005), explica como a literatura foi usada sob o contexto de ampliação de imaginário nacional de superioridade diante de outras culturas que não fossem ocidentais. A literatura, nesse sentido, esteve implicada na formação de identidade local que buscava legitimar o domínio sobre "o restante" não ocidental, não apenas no caráter já conhecido de prepotência econômica ou política, mas sob o efeito de interligar as culturas, uma se definindo em relação à outra.

De modo geral, em certos contextos históricos, as obras literárias são usadas como porta-vozes de uma suposta identidade cultural e propaganda de seus países. Dentro de uma postura de concretizar um apanhado superior sobre a sua própria cultura local, a literatura, a partir da seleção da crítica, fornece aos seus próprios concidadãos valores da autenticidade de cultura e padrões culturais monolíticos e essencializadores. Porém, essa mitologização de uma cultura nacional avança numa perspectiva de confrontação de outras que ela imagina não fazer parte de sua própria constituição. Said observa que a cultura e as artes fazem essa função de preservação de valores e

os processos imperialistas ocorreram além do plano das leis econômicas e das decisões políticas, e – por predisposição, pela autoridade de formações culturais identificáveis, pela consolidação contínua na educação, literatura, artes visuais e musicais – manifestaram-se em outro nível de grande importância, o da cultura nacional, que tendemos a apresentar como algo asséptico, um campo de monumentos intelectuais imutáveis, livre de filiações mundanas. (Said, 2005 p.44)

⁵ CF. Wille Bolle(2004), analisa a obra de Guimarães Rosa como escritor - intérprete da cultura nacional, como mais um na tradição de nomes como Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e Gilberto Freire.

Assim, a eleição de uma obra literária se dá dentro das representações dos próprios intelectuais e do Estado como representante máximo da cultura local. Isso não significa que não seja necessária a tal apreensão por parte dos críticos ou que a obra surja apenas para validar ideologicamente uma concepção de formação de Brasil. Toda e qualquer nação constrói sua identidade com base naquilo que determinado grupo de intelectuais consideram mais coerente e específico dentro do seu território. Porém, a questão colocada nesse trabalho é a discussão de frente no que se refere a uma obra de cunho artístico, o que se esconde em termos ideológicos, ou seja, as suas práticas e o modo de fazer cultura de um país.

A alta cultura na qual geralmente se encaixa a crítica literária é usada como representação de uma celebração e elevação de uma cultura em um país. Aqui, *Grande Sertão: Veredas* se torna representante do país e da cultura nacional. A produção artística envolve sujeitos (criadores e críticos) que empregam todas as suas forças e mecanismos para uma obra cultural ter o seu alcance.

Não é à toa que a obra de um grande romancista como Guimarães Rosa tenha conseguido tal reconhecimento dentro e fora do país. É bom ressaltarmos que a obra que analisamos veio à cena dez anos após a consagração de Guimarães Rosa como grande escritor, com a publicação (e premiação) de *Sagarana* (1946). Podemos, primeiramente, pensar que a sua inserção num chamado cânone da literatura foi feito de forma gradual. A sua inclusão num campo literário dá ao autor certa relevância ao que produz e a expectativa por parte dos leitores e da crítica de sua obra sobre o que criará a seguir. Assim, sua obra tem expectativa de se tornar dentro daquilo que a maioria pretende e daquilo que o próprio autor expirado nesta atmosfera espera poder agradar.

O momento da obra que estamos preocupados em focar é uma questão fundamental para a pesquisa, pois abrange nesta contextualização de país, o tempo e o espaço como basilares para a interpretação nas linhas do romance sobre o imaginário de sua época e os processos culturais nele envolvidos. A crítica, segundo Bourdieu, por outro lado, está numa formação acadêmica que pensa a obra como interpretação de país a partir do próprio autor, num sentido a-histórico, enfatizando, assim, um elemento essencializador: a genialidade do autor em pensar a sua própria cultura. Quando colocamos a questão que aponta Edward Said com relação a constituição de uma identidade nacional está disposta por predisposição, pela

autoridade de formações culturais identificáveis, pela consolidação contínua na educação, literatura e artes. Desta maneira, o romance *Grande Sertão: Veredas* ingressa para o cânone da literatura brasileira num esforço repetitivo da crítica jornalística, literária e mesmo filosófica para mantê-lo como tal. Por isso evitamos cair numa fácil ênfase de análise como sendo de simples criação de um indivíduo, fruto apenas do poder imaginativo do próprio autor. Ou mesmo desprendermos que uma análise cultural não está desvinculada ao que pensamos ser de caráter ideológico do Estado de fazer determinadas apropriações culturais e artísticas para o seu discurso nacional. Desta maneira, entendemos que a preocupação artística é um elemento essencial para deslumbrarmos as preocupações do período em que elas são feitas, a dinâmica social envolta dessas produções, o que inspira o autor, e o que a crítica ou mesmo o discurso do Estado fazem o seu aproveitamento.

A questão do regionalismo, isto é, do sertão, está presente na obra de Guimarães Rosa desde o seu primeiro livro *Sagarana*, em 1946, o qual a crítica literária avalia como fruto da capacidade de um gênio artístico pensar maneira autônoma a sua própria cultura. Neste livro há uma preocupação e assertivas a respeito do homem do interior. O seu romance apresenta um retrato regional de suposto endossamento das questões nacionais. A outra característica marcante de seu “romance avalanche”, como é classificado *Grande Sertão: Veredas* devido ao seu estilo de narrativa, na qual não há capítulo e/ou qualquer divisão de assuntos, foi ser analisada pela crítica literária de sua época como parte da tradição literária universal, o que permitiria compará-la com obras do porte de *Ulisses* de James Joyce ou mesmo *Doutor Fausto* de Thomas Mann⁶.

A crítica sempre reforçou o imaginário de que a obra de Guimarães Rosa alcança um grande feito para a literatura nacional e a eleva a seu mais alto nível cultural. Essa busca de uma literatura de cunho nacional é incentivada para aqueles que pensam a cultura como elevação do espírito, tudo aquilo que presta aos grandes feitos para a cultura nacional, na ênfase de um autor e o seu poder de imaginação. A disposição da crítica sobre as obras literárias tende a trazer análises nostálgicas de uma época ou mesmo uma eloquência, ou ainda endeusar e engrandecer o autor da obra literária. A recepção do romance na crítica literária

⁶ Proença, M. Cavalcanti. *Trilhas do sertão*, 1958. Roberto Schwarz fez uma análise comparativa entre *Grande Sertão* e *Doutor Fausto* em um ensaio publicado na coletânea *A Sereia e o Desconfiado*.

brasileira tem elementos propícios para a eleição de *Grande Sertão: Veredas* como obra máster por seu conteúdo transcendental ou pelo caráter imaginativo do autor.

Uma obra artística e a sua conseqüente análise dentro de uma perspectiva de tradição filosófica e crítica estão presas a uma concepção que se limita a pensar a simples magnitude do autor e a transcendência da obra. Contudo, há críticas aparentemente mais cautelosas, que buscam os chamados fatores externos, mas destes ficam ainda observações do culto da obra como mito fundador. Podemos citar, por exemplo, a análise de Walnice Galvão, *As formas do Falso* (1972), que é um dos primeiros trabalhos e um dos únicos que avançam numa perspectiva de análise mais sociológica e histórica de *Grande Sertão: Veredas*. Em *As formas do Falso*, a autora situa a obra de Guimarães Rosa em seus contextos histórico e social. Galvão analisa o romance não como obra regional nem pelo seu apelo universal ou de cultura nacional, mas buscando ressaltar questões históricas, sociais e lugares geográficos.

Com base nessa discussão sobre a literatura de foco nacional, pensamos a seguinte questão: como é encarada a questão da cultura para os intelectuais ou críticos de arte no período de Guimarães Rosa? Precisamos pensar que a literatura, como categoria, se enquadra em um conceito ainda muito vago do que é cultura. Como já salientamos aqui, a literatura tem suas próprias construções, principalmente dentro de valores de classe. A literatura já em sua definição, como a conhecemos ao longo dos séculos, imprimiu esses valores de classe e posição. O outro ponto que está explícita na literatura e a sua forma de abordagem é antes de tudo o conceito de “cultura”, usado das mais variadas feições, representa em termos de julgamento e mesmo de consolidação inconsciente de valores eternos e essencializadores de uma cultura local como sendo monolítica. No caso nacional, a literatura sempre esteve associada à Cultura Brasileira, no amplo sentido de caracterizar um chamado povo brasileiro e seus hábitos distintivos com relação ao resto do mundo (Ortiz, 1984).

Consideramos que a discussão da obra literária num escopo tradicional de análise está superada enquanto monopólio de análise⁷, pois a cultura, como

⁷ A partir dos anos 60 críticos literários de viés marxistas desvinculando-se interpretação literária mais tradicional, inicia na Inglaterra em Birmigham os Estudos Culturais que traziam uma perspectiva de abarcar dentro da literatura questões econômicas, políticas, ideológicas que envolvem os produtos culturais como a

elemento essencial para a analítica histórica dos acontecimentos, está inserida em toda e qualquer comunidade ou sociedade. Podemos refletir que, dentro de suas produções culturais, a literatura, como elemento especial, tem um peso considerável nessa discussão sobre um período, e trataremos de discuti-la como elemento sempre associado a outros. Ao contrário de uma visão verticalizadora⁸ como querem apostar a crítica mais tacanha – como cultura de gênios, do espírito humano em detrimento da baixa cultura, sem os seus elementos mais significativos - pensamos a cultura, no caso mais específico a literatura, como fonte desse processo nos quais os elementos de classes se configuram de algum modo, não estando a literatura num princípio ideológico, antes numa relação de forças antagônicas externas ou/e internas da criação artística. Assim, temos como pressuposto que todo elemento de cultura está inserido em relações de poder que, por outro lado, tem a relação de resistência contida nela. Como observou Michel Foucault, onde há poder há resistência (Foucault, 1982).

No próximo subcapítulo exploraremos o contexto da obra de Guimarães Rosa, fator necessário para entendermos o campo literário em que se insere o autor de *Grande Sertão: Veredas*.

1.3. A formação do campo literário brasileiro

Grande Sertão: Veredas é um exemplo de literatura que se encaixa e também rompe com o tradicionalismo literário visto que a obra permeia elementos que dão a ela status para se manter sob cânone da literatura universal, porém imprime, em sua própria produção, meios para se afastar dela ao inovar com um estilo próprio de escrita e de narração.

Este "estilo", para a nossa pesquisa, tem um elemento *a priori* fundamental para pensarmos o que o autor tem em mente, como por exemplo, um novo estilo:

literatura, entre os precursores estavam Raymond Williams e E. A. Thompson. Cf. Mattelart, A. *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo: Parábolas editorial, 2006.

⁸ Uma alusão a interpretação da tradição literária de cerne Eliotiana, que combate uma visão elitizada de literatura. Cf. Eagleton, Terry. *A idéia de Cultura* Trad. Sandra Castello Branco, revisão técnica Cezar Mortari, São Paulo: UNESP, 2005.

narrativa ou linguagens utilizadas na sua obra. Este *estilo* que o autor produz em sua obra, a emprega de forma consciente é a marca da sua escrita, que faz questão em romper com que era feito anteriormente por meio do emprego de outras formas de linguagem no romance. O que a crítica literária colocaria como sendo uma marca de rompimento com um modo próprio de escrever anterior é a evidência de um modo novo de propor a arte, intitulado como vanguardista. Mas por outro lado, a seleção da obra pela crítica literária para o cânone deriva da representação de nação, escolhida pela própria como elementar, o que faz com que o autor e sua obra permaneçam dentro de um viés literário mais nobre e reconhecido, em suma, tradicional.

Para a discussão de campos de análise entre o literário e o científico trataremos de discutir conceitos de campo e *habitus em* Pierre Bourdieu, o autor na sua formação sociológica tenta desmistificar a idéia de obra como criação de um gênio e permitem uma interpretação mais localizada no contexto social e histórico. Utilizando estes conceitos, também interligamos a produção da obra e seu autor, e a relação deste com o contexto de disputas de campos artísticos (crítica, escritores ou mesmo leitores). A obra de Guimarães Rosa está neste emaranhado de contradições e de campos artísticos. Por isso, o fôlego da crítica em colocá-lo como um dos principais escritores regionalistas, num momento que o tema regional parece muito forte e mesmo a idéia de nacionalidade permeia a discussão brasileira neste período dos anos 1950.

Na análise sociológica de Pierre Bourdieu, o autor tenta desfazer a perspectiva que a crítica literária tradicional tem em imaginar o melhor para uma obra que é estar em um cânone respeitável. Para Bourdieu, a questão sobre uma obra de arte é seu caráter crível, de objeto palpável, seu autor e seu tempo e as representações da qual ele se vale para escrever a obra. A nossa estratégia sociológica em Bourdieu, contrapõe o caráter puramente estético da obra, colocando o autor numa tradição literária que vê nele uma autoridade, autônoma e consciente de sua escrita. As interferências de relações sociais e de agentes no contexto histórico repercutido no momento da escrita são incisivas. No entanto, não aceitamos de antemão que o trabalho científico em que fala Bourdieu expõe uma maior clareza e que seja a mais aceita. Discordamos e discutiremos, posteriormente, a obra na perspectiva dos Estudos Culturais e Pós-colonialismo, em capítulos

posteriores. Por outro lado, a análise do sociólogo francês nos faz pensar as relações entre ciência e crítica literária, ou estética, para traçarmos uma análise menos complacente de interpretação cientificista da obra literária de Guimarães Rosa.

Analisar o romance de um escritor leva-se em consideração sua trajetória intelectual, que é sociologicamente mais convincente do que pensar a obra como produto do gênio. No entanto, não nos opomos à análise da crítica literária de padrões estéticos puros, mas o que concilie a análise estética, intermediada ensejos históricos e sociais as formações culturais muito além de uma objetividade científica apenas. E adentrar na questão de uma análise cientificista de abordar a obra que no exemplo de Bourdieu, mas que percebemos também permeia uma discussão de autoridade em termos de interpretação científica que não subtrai de análise dentro de uma esfera tradicionalmente política de ciência feita de viés eurocêntrico.

Coloquemos como exemplos a questão sobre a metodologia tradicionalmente empregada pela crítica literária no aspecto externo da obra artística. Ao fazer do escritor como espécie da tradição filosófica do sujeito absoluto, esta forma de interpretação da obra de Guimarães Rosa evoca nomes como os de Benedito Nunes, Francis Úteza, entre outros. Assim como críticos que trabalham com a tese de uma obra no seu caráter externo, social, como Wille Bolle e Walnice Galvão, eles insistem na captação do real do autor e o reflexo deste em sua obra, o que estaria dentro de uma análise marxista de reflexo, que seria mais ou menos a que vê o artista como inteiramente consciente de sua produção artística a ponto de que sua obra emitiria elementos que o real não nos proporciona. Este exame ainda muito preso à idéia de estrutura e infra-estrutura, usando a obra literária na sua questão de reflexo das condições materiais, esquece, porém esse sujeito (o escritor) e as contradições e os pontos de choque no grupo e os poderes que os conferem. As suas motivações para produzir determinadas obras artísticas são frutos desse envolvimento maior ou menor de cada grupo em questão, o que não exclui o agente, o escritor.

Sobre essa questão, uma obra artística, no ponto de vista da crítica mais tradicional, apresenta uma análise que se faz sempre a partir de uma perspectiva da filosofia estética e de tradição literária. Estes dois possuem o monopólio da análise na crítica literária, criam as suas próprias crenças e metodologias, o problema da

institucionalização e suas formulações teóricas. Trabalhar com a obra artística dentro de uma perspectiva de análise científica ou, mais claramente, sociológica, é visto pelos críticos de arte como algo impossível, uma tentativa de fazer a ciência do que é sagrado. Os críticos literários vêem, segundo Bourdieu, a análise sociológica como um sacrilégio. Isto significa dizer que a perspectiva mais positivista diante da obra artística tem como barreira outras análises da obra, que não a aceitam e vêem como profanadora por tentar tal forma de investigação.

Para Bourdieu, a perspectiva sociológica não se limita apenas em romper com uma metodologia há muito tempo consagrada com seus deuses do Olímpio – como o querem colocar os autores artísticos pela crítica – esses críticos querem permanecer também numa tentativa de conversão de pensamento e viver na vida intelectual uma espécie de *epoké*.

A ruptura que é preciso operar para fundar uma ciência rigorosa das obras culturais é, portanto, mais que diferente de uma simples inversão metodológica: implica uma verdadeira conversão de maneira mais comum de pensar e viver a vida intelectual, uma espécie de *epoké* da crença comumente concedida às coisas da cultura e às maneiras legítimas de as abordar.” (Bourdieu, 2005, p.211)

Em seu livro, *As regras da Arte*, Bourdieu afirma que a análise científica ainda é quase experimental nas obras artísticas. Os críticos literários costumam deixar de lado questões importantes, no que se refere ao escritor enquanto agente e também como parte de um contexto social e cultural da qual fazem parte as suas prerrogativas e contradições. A teoria da literatura está ainda na banalíssima evidência que consiste em buscar no autor um estado isolado, o princípio explicativo da obra ao invés de empreender vinculações a grupos, instituições, revistas, movimentos de gênero, entre outras, como algo que merece uma análise mais detida, o oposto de uma simples fonte explicativa. Quando, por exemplo, se diz que um autor é realista ou naturalista, perde-se a importância maior de se indagar sobre as lutas por trás destas definições, as quais vinculam ou expressam homologias entre o campo literário e os demais.

Bourdieu tenta ir além da crítica literária que fundamenta suas preocupações, no que o sociólogo francês chama de teoria do projeto original, que considera que cada vida é um todo, um conjunto coerente e orientado. Assim, consolida-se a ideologia do dom ou da predestinação, admite-se tacitamente que a vida é

organizada numa história, desenrola-se, desde uma origem, entendida como ponto de partida. “É esta filosofia tácita que Sartre leva ao estado explícito, ao colocar no princípio de toda a existência, com o projeto original, a consciência explícita das determinações implicadas em sua posição social” (Bourdieu, 2005, p.214)

E mais adiante, continua a sua crítica ao sujeito absoluto da filosofia do sujeito:

A história da crítica da qual desejaria apresentar aqui um primeiro esboço não tem outro fim que tentar levar à consciência daquele que escreve e de seus leitores os princípios de visão e divisão que estão no princípio dos problemas que eles se colocam, e das soluções que lhes dão. (Bourdieu, p220, 2005)

Assim, em sua crítica a este monopólio e tudo que carrega para a análise artística reduz, enfim, a tratar os textos auto-suficientes, recheiar nos comentários dos cânones da literatura e definir as condições necessárias da experiência estética. Segundo Bourdieu, os autores de obras artísticas estão cercados em uma atmosfera de produção de conhecimento e reconhecimento de suas obras. A partir dessa premissa, localizaremos o jogo de contradições e condutas de grupos no seio artístico, manifestação nos campos relativamente autônomos, que jogam com as suas próprias regras, ou seja, o campo dos artistas, dos críticos e dos intelectuais. Esses formam teias de contatos que integram no interior de um campo maior de cultura, que veremos como construção de nação e valores específicos de cada sociedade. Conhecer este ponto do espaço literário é compreender o ponto de vista singular sobre esse espaço, é estar em condições de compreender e sentir, pela identificação mental e construída, a singularidade dessa posição e daquele que a ocupa. “O amor pela arte, como o amor, mesmo e, sobretudo o mais louco, sente-se baseado em seu objeto”. (Bourdieu, 2005, p.15). O sociólogo francês explica que, qualquer romance, do mais banal ao mais sublime, é sempre fruto de uma doxa.

Procurar na lógica do campo literário ou do campo artístico, mundos paradoxais capazes de inspirar ou de impor os “interesses mais desinteressantes, o princípio da existência da obra de arte naquilo que ela tem de histórico, mas também de trans-histórico, é tratar essa obra como um signo intencional habituado e regulado por alguma outra coisa da qual é também o sintoma.” (Bourdieu, 2005, p.15-6)

Com as assertivas do sociólogo francês, seguimos a sua explicação sobre o seu foco no campo e no habitus a ele associado, seguimos uma análise sociológica bourdieusiana que apreende o objeto literário nos meios pelos quais ele é construído. O autor de um romance se situa em contradições mediante ao jogo de poder que o atinge, e de que maneira releva e expõe em sua obra fruto de suas oposições ou aceitação ao grupo do qual faz parte, por exemplo, uma escola literária. Ora, não é à toa que esta representação como importante escritor que foi Guimarães Rosa toma esse imaginário do grupo que o cerca e o que era exigido dele naquele momento no campo artístico. Se a princípio vinha de uma maneira de escrever própria, é evidente que se enquadra no contexto do seu tempo para partir de uma escritura regional, o que era relevante para o país de seu período, no qual a intelectualidade estava interessada em uma discussão sobre as “raízes brasileiras”.

O grupo de escritores do qual Guimarães Rosa faz parte exigia uma conduta específica, pois a inserção no campo literário se dá aceitando as regras e adotando os valores vigentes. O escritor pode não concordar com todos os preceitos do grupo, o que abre para uma autonomia e um estilo próprio. O grupo de escritores tem uma consolidação, um plano mais ou menos definido para criar de alguma forma a sua originalidade, exemplos são os autores/escritores que estão no seio de uma escola literária ou que se pode chamar de vanguarda, quando se opõe a uma escola anterior.

Adotamos o conceito de *campo* para designar grupos que têm as suas próprias regras, mas que as adotam de forma inconsciente. Internamente ao grupo, os indivíduos representam suas funções, agem de algum modo, daí o conceito de *habitus* de Bourdieu que caracteriza o que há de discernível e constante na maneira de agir do indivíduo. Evidentemente o termo *habitus* reage contra a idéia de inconsciente, o que fazia desaparecer o agente, reduzindo-o ao papel de suporte ou portador da estrutura. Bourdieu não quer fazer o uso de *habitus* como poder gerador de uma natureza ou de razão universal. O *habitus* para o sociólogo francês é um cabedal e também um haver que pode, em certos casos, funcionar como capital, o que não significa que é de um sujeito universal.

Os conceitos de Bourdieu podem nos ajudar a compreender, primeiramente o contexto das querelas entre autores, explícitas ou não, e também entre grupos de intelectuais, sejam eles críticos literários, filósofos que coadunam mais ou menos

com o campo literário. Em certo sentido, a interferência de outros grupos, que estão em volta, funciona numa relação de interdependência, o que demonstra o que é divulgado, comentado sobre qualquer autor que estabelece parâmetros para que o escritor esteja na posição superior ou não. Pode-se também dizer que os leitores captam também essa doxa literária e a assimilam de maneira significativa. Isso é imprescindível para que a análise sociológica esteja presente, não apenas neste caráter externo, e também no interno. Assim, como faz Bourdieu em sua análise de *A Educação Sentimental*, na qual começa pela estrutura interna da obra de Flaubert e depois caminha para uma análise externa, na luta de campos que envolvem os seus companheiros de escrita. O aspecto externo da obra exige ser reconstituído de forma cuidadosa e articulado com o interno e é na intersecção entre autor e obra que encontramos seu aspecto nodal. Este escopo de análise em Bourdieu nos possibilita contestar dentro de sua formulação, embora concisa e importante para análise de campos, as suas hegemonias esclarecidas do que é arte. No entanto, na sua análise e evidencia a arte como processo de transformações sociais, práticas sociais que estão envolvidos seus agentes (escritores e críticos) e as mudanças culturais em um determinado local. Nesse sentido, entender a construção de campos, no caso no Brasil, exige perceber que aqui se dá em um processo bem diferente do que aconteceu na Europa. A formação de campos autônomos na esfera intelectual se deu tardiamente no Brasil enquanto na Europa eles já estavam definidos em fins do século XIX.

Na virada do século XIX para o XX, no Brasil, as criações artísticas não se separavam das análises científicas darwinistas-socias ou de preocupações políticas (Miskolci, 2006). Daí as interpretações de Nina Rodrigues e Silvio Romero da literatura como forma de engajamento político e científico. Isso evidencia que o conhecimento ainda não marcado por grupos definidos de saberes ou áreas especializadas como ocorrem posteriormente no Brasil com elementos especializados de crítica literária, que surgirá com a formação de Universidades. O marco mais conhecido é a criação da Universidade de São Paulo em 1934, que terá na sua base francesa, escopos sociológicos interpretativos de cultura e a chamada especialidade. Empreenderemos esta discussão em outro sub-capítulo, adentrar em uma discussão da formação de campos em nosso contexto nacional. Neste sentido, empreenderemos a comparação de dois momentos históricos que permitirão

entender o desenvolvimento do campo literário com suas regras e seu cânone ajustado aos interesses de construto nacional de cultura.

1.4. Comparação em dois momentos da crítica- Euclides da Cunha e Guimarães Rosa

Primeiramente, para a formação de um campo artístico é necessária uma classe que agrega os mesmos valores para compartilhar. No caso brasileiro, a formação da crítica especializada só surgirá num período mais tardio, esta estará totalmente relacionada com outros elementos para a formação de uma classe de crítica, no caso a burguesia, que no Brasil se dará efetivamente no Pós-Guerra, entre os anos 40 e 50, no aparecimento dos primeiros grandes centros urbanos e as primeiras formações de grupos literários. Embora a Academia Brasileira de Letras tenha surgido nos fins do século XIX, em 1896⁹ tendo o seu primeiro presidente (aclamado) Machado de Assis, a nossa preocupação é outra. Não se refere à institucionalização de um grupo de escritores, pois ainda se debatia como seria a formação da academia: se seria composta por apenas escritores no sentido *strictu*, como deseja Machado de Assis ou em um formato mais amplo de intelectuais brasileiros. O que iremos evidenciar não se trata apenas de uma conformação institucionalizada de escritores, mas qual seria o peso da crítica literária, que sabemos envolve público leitor, editoras para que se tenha uma formação de valores de uma arte literária e isso de se dará de maneira mais atilada após algumas décadas com advento de uma burguesia citadina e cosmopolita.

A crítica literária, como já tratamos aqui, tem sua formação com o desenvolvimento do Estado-nação, a sua especialização como crítica é

⁹ Sobre a história e a formação da Academia Brasileira de Letras, ver no site: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2>, retirado em 24 de junho de 2007.

concomitante com a gênese da classe burguesa que possui outros elementos para a interpretação de obra artística. O romance nesse mesmo tempo da ascensão burguesa se torna um exemplar cultural de análise e preferência¹⁰. Nesse mesmo desenvolvimento de uma classe burguesa e o seu método de analisar o romance é conferida a língua nacional para a constituição essencial de território e identidade cultural.

No caso brasileiro, a questão da identidade nacional também será central e um exemplo disso é o romance de Euclides da Cunha (1902). *Grosso modo*, a discussão no final do século XIX, no Brasil, em termos de análise crítica de uma obra literária está próxima à análise de arte na Europa no período da formação de Estados, o que decorreu bem antes no velho continente, entre fins do século XVIII e começo do século XIX. A literatura teve papel fundamental para a construção de uma identidade nacional quando as línguas vernáculas se fizeram mais presentes nas obras literárias com o aparecimento da imprensa, isso tanto no contexto europeu como no caso, mais tardio, brasileiro. Essas semelhanças entre o contexto nacional e europeu estão apenas nas abordagens ainda não consolidadas de determinados grupos especializados de discussão e um método próprio da obra literária.

A formação de uma incipiente crítica, porém ainda não especializada no Brasil, surge do final do século XIX. Essa está para a mesma crítica literária europeia de formação do período anterior ao desenvolvimento dos Estados-nação e que na Europa era vinculada a grupos aristocráticos de arte no final do século XVIII e começo do século XIX. Na Europa, os campos artísticos foram se tornando mais bem definidos com o desenvolvimento de áreas científicas, principalmente, a sociologia, a antropologia e a história, as quais terão seus métodos bem definidos e separados de interpretações mais ideológicas. Podemos pensar na sociologia que nasce como uma análise *sui generis* de fazer pesquisa social e se distancia da interpretação filosófica e dos escritores do final do século XIX.

¹⁰ Segundo Wolf Lepennies(199/) o romance se torna ao longo do século XIX e XX o formato de literatura mais lido e apreciado pela burguesia. Nos séculos anteriores, a marca de maior prestígio nas belas-artes era a forma poética e o romance a sua figura menor.

Uma atitude claramente distinta será a de Durkheim já no final do século [XIX]; ele busca romper com a ideologia e a literatura, e tem como objetivo fundar um campo específico de conhecimento: a sociologia (...). Não é por acaso que Durkheim qualifica o seu tempo como a época das especializações, o que necessariamente implica a formação de um corpo de pesquisadores qualificados (L'Anné Sociologique). (Ortiz, 1989b, p23)

Conseqüentemente, a literatura terá as suas bases interpretativas próprias, as quais não estão livres de uma interpretação ainda ideológica voltada àquela construção de cultura nacional e seus valores, vistos como essência de um povo. As ciências sociais, mais especificamente a sociologia, têm suas origens nos romances sociais do século XIX, em especial aqueles que buscam apresentar uma visão “científica” sobre o social, algo que associamos mais claramente à escola naturalista. Segundo Wolf Lepenies, ocorre um processo de purificação no interior das disciplinas no final do século XIX: áreas de especialização como a sociologia, que precisava conquistar reconhecimento no sistema de ciências criava seus métodos e não admitia semelhanças com a literatura.

Esse processo resulta numa competição de interpretações entre uma intelectualidade literária constituída por escritores e críticos e uma intelectualidade ligada à ciência social. O problema da sociologia está no fato de que ela pode sem dúvida imitar as ciências naturais, mas não pode efetivamente tornar-se um ciência natural da sociedade. Se renunciar, porém, à sua orientação científica, ela retorna a uma perigosa proximidade com a literatura. (Lepenies, 1996, p.17)

A sociologia, antes de sua institucionalização, constituiu uma espécie de terceira cultura no termo de Lepenies. Entre as ciências naturais, de um lado, e as ciências humanas e a literatura, de outro. Em fins do século XIX, a sociologia se institucionaliza, mesmo que não tenha resolvido todos os seus problemas com a interpretação das ciências humanas (literárias) e nem das ciências naturais, sua institucionalização se dará com relação a uma crescente busca de análises sociais mais prementes num período em que a sociedade se tornava cada vez mais dinâmica por conta da industrialização e da urbanização (Lepenies,1996).

No Brasil, a institucionalização dessa disciplina se daria várias décadas depois, com a formação das universidades, como a Universidade de São Paulo, que inicia as suas atividades em 1934, embora não contasse nesse período com um grupo formado apenas por brasileiros para a pesquisa social.

Dessa forma, com o advento da perspectiva sociológica de análise social fica clara uma distinção entre o campo literário e o científico e, em ambos, vê-se uma progressiva profissionalização:

A escrita como profissão instaura uma clivagem entre o artista e o público, paralelamente, favorece a emergência de instâncias de consagração da obra literária, regidas pelas normas do campo artístico. Este processo de autonomização implica a configuração de um espaço institucionalizado, com regras próprias, cuja reivindicação principal é de ordem estética. (Ortiz, 1989,p 21)

Semelhante transformação para a literatura e a sua autonomia deveu-se à expansão de um mercado consumidor de massa. A indústria do livro aprimorou sua técnica com os benefícios da revolução industrial, associada a uma nova tecnologia. A facilidade de circulação decorridos dos avanços nos transportes, além da melhoria de vida da população e de seu acesso à escola, foram fatores decisivos para permitir que os escritores pudessem viver de sua profissão.

Segundo Renato Ortiz, a França dá um bom retrato disso:

O índice de alfabetização, que era em torno de 30% no *ancien regime*, sobe para 60% em 1860 para atingir 90% em 1890. A produção média anual de livros no século anterior era em torno de 600 a 800 título; em 1850 ela passa para 7658 e em 1889 para 14849. Pode-se observar uma crescente popularidade das novelas, gênero literário que suplanta o prestígio artístico da poesia.(Ortiz, 1989b, p.24)

No final do século XIX, o Brasil era um país de com quase 80% de analfabetos enquanto na população europeia os alfabetizados perfaziam quase cem por cento da população. Essas diferenças esclarecem como se dá a formação de uma crítica especializada aqui, principalmente após a industrialização, na década de 1930 em diante.

Pensar a crítica da literatura nos moldes como a conhecemos hoje e como foi na Europa já no começo do século XX, permitem notarmos como é recente sua formação no cenário brasileiro e como ela se insere em um processo de caracterizações de grupos ou de campos de conhecimentos, aqueles que trabalham apenas as questões sociológicas e aqueles que trabalham com a questão apenas da crítica literária no seu valor estético.

No Brasil, mesmo com a incipiente industrialização, a dimensão do mercado de bens simbólicos não consegue se expressar plenamente. O que significa uma fraca divisão do trabalho intelectual e uma verdadeira confusão de fronteiras entre as áreas culturais. (Ortiz, 1989) A literatura no Brasil representou, internamente na sua própria formação, algo muito diferente do contexto europeu porque faltava um público leitor. A baixa escolaridade da população e o elevado índice de analfabetismo:

(1890: 84%; 1920:75%;1940:57%). Todos os testemunhos e as análises apontam que até a década de 30 a produção e o comércio de livros no Brasil eram praticamente inexistentes em termos de mercados. A tiragem de um romance era em média de mil exemplares, e um best-seller como *Urupês* vendeu, em 1918, oito mil cópias. (Ortiz, 1989, p.28)

Esses contrastes em termos de expansão de mercados de bens simbólicos para o contexto tanto nacional e europeu nos dão uma idéia da concepção de literatura para os dois momentos históricos, que são muito diferentes. Ou seja, a formação de um campo literário brasileiro só pode ser pensada com a mesma relação e grau de especialização do caso europeu depois da década de 1940 ou 1950, fato associado ao aumento da população urbana, da escolarização e consolidação de um mercado de bens culturais. Antes deste período, não se pode falar em um campo literário autônomo, pois ele ainda se misturava ao científico e político, algo perceptível em obras como *Os Sertões* de Euclides da Cunha.

A representação de país por Euclides da Cunha estava fechada a clubes de intelectuais, que detinham, além de uma boa formação, uma leitura das idéias em voga na Europa. O determinismo biológico e idéias pseudocientíficas racistas

eram aclimatadas na atmosfera intelectual e política do Brasil no final do século XIX e começo do século XX, período em que se pensava a identidade nacional a partir da concepção racial ou de povo (Ortiz, 1984; Borges, 2005). O romance de Euclides da Cunha é um marco da literatura nacional de interpretação de país, porém se originou em um contexto em que ainda não existia aqui, uma crítica especializada e nem mesmo um público leitor. Na época de Guimarães Rosa, já temos grupos de intelectuais, críticos literários, sociólogos, campos especializados, cada um discutindo seus critérios e métodos próprios. Não por acaso, Guimarães Rosa, embora não vivesse apenas da escrita (era embaixador) foi mais literato especializado, do que Euclides da Cunha, o qual foi engenheiro militar, jornalista, escritor e, por fim, intérprete do país.

Em suma, para que possamos levar a contento nosso estudo em termos sociológicos, devemos atentar para as representações de país dos intelectuais que analisam as obras literárias, os quais, na década de 1950, estão imbuídos em campos definidos com as suas respectivas interpretações, algo bem diverso da maioria da crítica do final do século XIX. A crítica que canoniza *Grande Sertão: Veredas* não tem a mesma alegação daquela que alçou *Os Sertões* a um posto tão alto de representatividade cultural de nosso país, pois naquela época as análises se mesclavam mais diretamente a interesses políticos.

Compreender esta mudança de contexto marcado pela caracterização dos campos é importante, pois ainda persiste uma crença em um método de análise literária que apela para um conhecimento transcendental. Um exemplo recente é o estudo *Grandesertão.br* de Wille Bolle, no qual o pesquisador coloca Euclides da Cunha e Guimarães Rosa como intérpretes do Brasil. Na perspectiva sociológica, ainda que haja paralelos, ou ainda um diálogo entre os autores e suas obras mais conhecidas, é preciso ressaltar que para cada um deles a idéia de sertão é diferenciada. Em Euclides da Cunha, a questão determinista prevalece enquanto em Guimarães Rosa predomina um caráter culturalista; mas a análise de Bolle os unifica em um projeto único de construção de nação. Percebe-se a vitória do ahistoricismo e como, sem explicitar seus critérios, a crítica se revela comprometida com interesses maiores de institucionalização. Isto se dá, em parte, pelo culto do gênio, de sua suposta criatividade extra-humana, a atribuição

de valor atemporal à sua obra e, implicitamente, pela imperícia do conteúdo social e histórico em que cada criação artística se insere juntamente com seu criador. Nas palavras de Bolle,

a leitura de *Grande Sertão: Veredas* como um retrato do Brasil(...) a qualidade da representação rosiana do país só pode ser avaliada devidamente através de uma análise comparada(...) Ao nos dedicarmos à tarefa de descrever detalhadamente como é construído esse retrato do país, estaremos interpretando a obra de Guimarães Rosa como a de um pensador do Brasil” (Bolle, 2004, p.23)

Ora, a abordagem deste romance para a crítica literária ainda está presa uma concepção ideológica de Estado em sua formação de cunho nacionalístico e teor de representação de país no sentido lingüístico como formação *sine qua non* de povo. A sua análise das obras como interpretação do Brasil, quer de Euclides da Cunha quer de Guimarães Rosa, mantém este compromisso inclusive quando aparentemente considera as especificidades históricas e sociais para cada período em que foi criado cada um dos romances. A sua argumentação com relação à atmosfera de apanhado “estudo pátrio”, como ele próprio definiu, é uma abordagem de interpretação que parece não se importar com as diferenças históricas no que diz respeito ao próprio campo de transformação de saberes, no campo literário ou científico. Exemplo disso será Bolle interpretar Euclides e Guimarães como dois pensadores sobre o Brasil, ainda que os uma a condição de escritores, cada um se insere distintamente nos campos literários de épocas específicas. A aproximação se revela, não apenas superficial, mas também enganosa.

Segundo Bolle, a sua interpretação do Brasil, de ambos os escritores, vai mais além, o crítico literário os compara com intelectuais que propuseram ensaios e pesquisas a respeito das transformações sociais de cunho sociológico, histórico e folclórico, como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Antonio Candido, entre outros. Isto é perceptível na passagem:

No contexto desses ensaios de formação foi publicado em meados da década de 1950 o romance de Guimarães Rosa. Com um potencial teórico

sui generis, ele ocupa em relação àquelas obras canônicas uma posição complementar e concorrente. (Bolle, 2004, p.24).

Segundo a interpretação de Bolle, a obra de Guimarães Rosa está para a mesma explicação de cunho histórico e social das outras obras de cunho especificamente sociológicas e históricas. Não queremos dizer que não é possível um olhar sociológico e histórico ou ainda analítico na obra, muito pelo contrário, é o que realmente propomos fazer nessa dissertação. Mas para a nossa análise não é comparar simplesmente com o restante das outras literaturas, sejam elas, históricas, sociológicas e romancistas para avaliarmos o conteúdo político, econômico e histórico, algo que diríamos totalmente louvável, no entanto, não se refere a isso o nosso foco na obra de Guimarães Rosa.

A análise de Bolle serve para definirmos o quão importante são as distinções históricas e sociais, cujo crítico não faz de maneira satisfatória no seu livro. Além disso, é necessário levar em consideração também as diferenças entre campos artísticos e científicos para a avaliação do romance de Guimarães Rosa. As análises com base em Bourdieu permitiram tratar as produções artísticas ou científicas no que elas têm na sua formação de classe e de regras para cada grupo. Não basta discutir as mudanças históricas e sociais para cada grupo de escritores, seja Euclides da Cunha no começo do século XX e no outro momento Guimarães Rosa em meados dos anos 50. É necessário também compreender como estes grupos estão inseridos na percepção de formação intelectual, delimitados em campos com suas próprias regras. Isso tem relação com o desenvolvimento das especializações para cada área de estudo, quer sejam sociológica, histórica ou de crítica literária.

Não podemos deixar de examinar o contexto da gênese do próprio escritor e sua relação com o estudo sobre o país e também sobre como ele pensa a sua própria formação como intelectual. A formação de um intelectual imerso no seu período da sua formação é tão ampla – Euclides da Cunha - que busca mesclar a literária e as intenções políticas, enquanto que de outra maneira, a constituição de um intelectual na metade do século XX – Guimarães Rosa - se dá numa ocasião em que os campos estavam definidos e delimitado. Por isso, consideramos que

na época de Guimarães Rosa a formação de campos estão mais bem claras e que, por assim dizer, não podemos atribuir a ele um propósito de fazer de seu romance uma crítica histórica ou sociológica.

Dessa maneira, colocar Guimarães Rosa como um dos intérpretes do Brasil ao lado de Euclides da Cunha é deixar de lado essas disputas de campos, entendidos com suas próprias regras, embora essas diferenças não sejam cabais nem impeçam intercâmbios. Em suma, seu modo de escrever não tem a mesma preocupação pseudo-científica do começo do século XX e talvez nem mesmo o de fazer um retrato da cultura nacional, como quer fazer entender a crítica literária¹¹. A abordagem em campos de saberes distintos ou especializados para cada grupo, como no caso sociológico que trabalharemos nesta pesquisa, amplia a análise. A abordagem de Bolle nada diz em relação esses campos, ou as diferenças a postura do intelectual do século XIX e do século XX, apenas sobre o contexto externo em que é escrita a obra, algo importante, mas não suficiente. No caso da abordagem do próprio Bolle, resulta na compreensão do romance de Guimarães Rosa como produto do trabalho autônomo de um intelectual supostamente capaz de fornecer uma visão do Brasil plenamente comparável com a desenvolvida pela pesquisa social.

O importante para este trabalho é a questão, primeiramente, envolvida da crítica de Bolle que expõe de forma elementar as diferenças históricas e sociais de cada obra, mas não evidencia as transformações desses grupos que escrevem e pensam a respeito do Brasil. Antes de tudo, a relação como já trabalhamos entre grupos de escritores e intelectuais são essenciais. Com relação a isso, a tese dos campos de saberes, embora estejam envolvidos cada qual com o seu método, não estão isolados, particularmente por partilharem as preocupações da mesma época. Nesse sentido, Guimarães está incluso na questão nacional da sua época, tema forte para a intelectualidade brasileira, haja vista sua inserção na tradição do pensamento brasileiro que analisa o país com base na oposição interior versus litoral.

¹¹ M. Cavalcanti Proença coloca a obra do escritor numa evidência no que compete esta num valor universalista, comparando a obra de Guimarães Rosa a Dom Quixote de Cervantes e Ulisses de Joyce.

Toda produção cultural está envolta na atmosfera em que é construída. Isto é basilar para a interpretação externa da obra, ou seja, é preciso explicitar o apanhado de grupos que formam este conhecimento e interagem com o restante, como por exemplo, os seus leitores que participam de alguma forma deste imaginário e, por conseqüência, naquilo que o autor espera poder comunicar. Isso não significa que se prende apenas ao leitor para escrever, mas também na crítica, suas possíveis interpretações de gosto e sensibilidade. Assim, para compreendermos a obra de Guimarães temos que pensar não só a questão do seu tempo, mas também as regras segundo as quais a crítica a recebeu.

Tentamos deixar claro como a crítica insiste na investigação de uma obra sem ter como perspectiva essas diferenças de campos e tampouco a formação de público leitor. Assim, percebe-se como a crítica literária ainda termina por aderir à idéia de cultura nacional como valor último, como se cada escritor ou criador de um produto cultural tivesse a obrigação de fazer de sua arte a expressão do espírito nacional. Elegemos como interpretação de campos, conceitos criados por Pierre Bourdieu para diferenciar em contextos históricos distintos em que constituem cada escritor e suas gêneses em termos de crítica de arte e ciência.

Para o tema de campos compreendemos cada qual como alicerce para a fundamentação histórica de grupos que dominam no seu tempo e espaço o pensamento brasileiro, porém com já evidenciamos a crítica que propomos da ciência que Bourdieu está tão absorta para a verdade científica que, fascinada pelas suas interpretações e explanações, não consegue interpretar a literatura latino americana como a de Guimarães Rosa, pois adentra numa escolha racional de explicação européia.

Por isso, veremos no capítulo seguinte, como Nísia Trindade Lima entende a interpretação de Brasil que sai de uma análise mais diletante, no caso típico brasileiro no final do século XIX, para uma análise mais sociológica e científica no período de Guimarães Rosa. Porém, o capítulo a seguir segue certa desconfiança na questão que fala a ciência na explicação de uma obra, contrapondo a de

Bourdieu, na sua cientificidade na obra literária, sem se aperceber dos malogros da sua explicação, de cunho hegemônico de cultura e cientificidade de origem européia. Discussão presente também em Renato Ortiz, o qual foca a

construção de explicação de país desde Euclides da Cunha, no campo determinista, até as explicações mais culturais de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., entre outros, contexto no qual se insere a obra de Guimarães Rosa. E ainda uma breve discussão de Estudos Culturais para uma explicação que tem como o Outro sua ênfase epistemológica da sociologia do subalterno.

Capítulo 2

2.1.A interpretação do Brasil na linha literária

**“A gente tem que sair do sertão! Mas só se sai do sertão é tomando conta dele adentro...
(...) Agora, o mundo quer ficar sem sertão.”
Guimarães Rosa**

“... o sertão parece estar em todo lugar em que se anuncie o desconhecido, o espaço social a conquistar” Nísia T. Lima

Há algo descentralizado no meio cultural, na linguagem, na textualidade, na significação. Há algo que foge à tentativa de ligação, direta e imediata de outras estruturas que estão envolvidas, sejam elas no seu caráter nacional, econômico, político, racial e de questões de gênero. E ainda, o vestígio daquelas outras formações, da intertextualidade dos textos em suas posições institucionais, textos como fonte de poder, da textualidade como local de representação e de resistência que carrega cada produto cultural, no nosso caso *Grande Sertão: Veredas*. Isso tudo podemos aferir como relação à obra de Guimarães Rosa e na análise que tentaremos fazer desse grande escritor. Como salientou Stuart Hall (1997), o que acontece com um projeto acadêmico que se apóia no envolvimento ativo de indivíduos e grupos, mas tenta fazer uma diferença no mundo institucional a que pertence? Hall coloca uma questão difícil, pois leva em conta o deslocamento da cultura.

Nesse estudo sobre uma obra literária, assumimos essa tensão. Nunca outras questões poderão ser inteiramente abrangidas pela textualidade crítica de suas

elaborações. Os estudos culturais sempre permanecerão incompletos, pois envolvem não só uma questão de nação, mas o que está também preso à idéia de nação, algo que requer outras abordagens. Logo, a discussão nesta linha tem como premissa a sua transitoriedade. De qualquer forma, nela somos incentivados a pesquisar os elementos de um produto cultural além da sua visão estética ou externa de obra. Somos incentivados a empreender uma abordagem sociológica e histórica em que somos agentes e interligados num contexto e numa época determinada.

A partir disso, podemos pensar o trabalho aqui proposto e os que trabalharam com idéia de cultura não mais fechada às questões nacionais, antes como um processo interdependente de sujeitos dentro de um contexto específico. Para a análise da obra de Guimarães Rosa, pensamos contextualizar a questão da chamada interpretação de Brasil, interpretação que nos coloca num debate bastante pertinente em todo estudo do pensamento social brasileiro.

A análise de uma obra como a de Guimarães expõe uma questão que é debatida nas várias instâncias, sejam essas sociológicas, históricas, literárias, entre outras, questão que diz respeito à identificação e representação de sociedade do seu tempo, nesse sentido “a cultura só emerge como um problema, ou uma problemática, no ponto em que há uma perda de significação e na contestação e articulação da vida cotidiana entre classes, gêneros, raças, nações” (Bhabha, 2003 p. 63) A partir dessa afirmação de Homi Bhabha, o significado de cultura está permeado de representações de uma sociedade e pode ser alcançados na forma variada de interpretações, entre elas, as do passado e do presente que estão contidos em todas as esferas da vida cultural. Usando o termo de Williams de “residual”, o qual, segundo o autor, consiste no fato de que qualquer cultura inclui elementos disponíveis do seu passado, mas seu lugar no processo cultural contemporâneo é profundamente variável, e diz:

Isso é bem notável no caso de versões da ‘tradição literária’, que passam através de versões seletivas do caráter da literatura para definições, ligadoras e incorporadoras, daquilo que é a literatura é hoje e deveria ser. Trata-se de uma, entre várias áreas importantes, já que é, em certas versões, alternativas ou mesmo opostos do que a literatura é e (foi) e do que a experiência literária (e numa derivação comum, outras experiências significativas) é o dever ser, que, contra as pressões da incorporação, os significados e valores ativamente são mantidos. E há também omissão em parte do que é residual, são mantidos. (Williams, 1979, p126)

O termo residual, diz Williams, esclarece que uma obra na sua formatação possui no seu conteúdo representações e significados do passado que se fixam em um determinado instante e são representados em outros momentos com os outros significados, mas sem perder de alguma forma algumas dessas representações. Vemos isso na discussão que iremos tratar nesse capítulo a respeito da interpretação de Brasil, como estas representações de país, em que algumas são excluídas e outras reiteradas. Evidenciaremos, no encaixe de *Os Sertões* de Euclides da Cunha e do romance de Guimarães Rosa, à análise comparativa feita sob a perspectiva de um estudo voltado para a compreensão do último.

O termo residual tem outras importâncias, assim como aparece em Edward W. Said, que aborda na suas análises a questão do passado e presente que estão no imaginário de cada sociedade. No seu livro *Cultura e Imperialismo*, que é uma explícita alusão ao chamado domínio europeu em outras regiões do planeta, a sua preocupação é deixar evidente que essas forças no mundo explorado não só carregam uma exploração econômica ou mesmo política, no entanto, outras que marcam expressões de valores explicitadas no ensino e na literatura. Said tem com muita clareza do que isso significa para o mundo que, depois de anos de jugo imperialista, está envolto em seus resíduos daquilo que ficou tanto para os nativos da colônia como para os dominadores. Não existe um lugar na terra que não tenha passado como o americano, europeu, africano, latino-americano, caribenho ou australiano, que não tenha sido afetado pelos impérios do passado. Os cruzamentos entre cultura e imperialismo são incontornáveis. Devemos situar a arte no contexto mundial concreto em que estão em jogo território, possessões, geografia e poder, pois na terra não há espaços vazios e inabitáveis. Assim, como nenhum de nós está fora da geografia ou da luta geográfica: “Essa luta é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também idéias, formas, imagens e representações” (SAID, 1995 p.38)

Said não separa a questão cultural com a econômica, social e política. É só pensarmos que a questão econômica, a formação do Capitalismo, por exemplo, num período histórico de desenvolvimento, logo abarca a formação de uma determinada classe e sua visão do aproveitamento material, o que significa dizer que é, também, um sistema cultural. No seu livro *Cultura e Imperialismo*, Said quer incluir a

problemática questão do Imperialismo, a qual ele entende como forma de prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante. O que ele entende como colonialismo, quase uma consequência do imperialismo, é a implantação de colônias em territórios distantes. Não simplesmente acumulação e aquisição, mas as idéias que são sustentadas pela ideologia que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação. O imperialismo forma uma espécie de coerência, um formato, um conjunto de experiência, com a presença tanto do dominante quanto do dominado no interior da cultura. Dessa forma, Said não vê o porquê da separação da questão política, ou mesmo imperialista, e da análise literária. Elas são, por princípio, inseparáveis.

Said crê existir hoje gravíssima cisão em nossa consciência crítica, que faz com que passemos um tempo enorme trabalhando as teorias estéticas sem dar atenção à autoridade que suas idéias, simultaneamente, conferiam à subjugação de povos inferiores e territórios coloniais. Não entenderemos a importância da cultura e as ressonâncias do império naquela época e agora. O que ele quer analisar além de processos econômicos, políticos, é a predisposição de formas culturais identificáveis, pela consolidação da arte, literatura, educação e a crítica; como os intelectuais manifestaram com outra importância e outro nível, o da cultura nacional, que apresentam como um campo de monumentos intelectuais imutáveis, livre de filiações mundanas. Portanto, qual é o vínculo entre a busca de objetivos nacionais e a cultura nacional como um todo? Em nosso objeto, a construção de um chamado povo brasileiro da qual a intelectualidade sempre se preocupou desde uma discussão que se abre com Euclides terá o seu auge na abordagem desse típico homem brasileiro do interior em Guimarães Rosa.

Com relação ao estudo da obra de Guimarães Rosa, veremos melhor no contexto nacional, que a questão de dominação do interior, ou seja, do chamado sertão, revela uma preocupação até mesmo na época do *Grande Sertão: Veredas*. Não é à toa que seu lançamento se dá em meio ao projeto de construção de Brasília, debate que está nos primórdios do pensamento social brasileiro de mostrar que o sentido de progresso é avançar pelo interior, discussão iniciada com Euclides da Cunha no âmbito literário.

O discurso atual acadêmico revelou recentemente uma divisão entre objetivos nacionais e a cultura nacional como um todo. Perder de vista ou ignorar o contexto nacional e internacional é focar a coerência interna de seus papéis em um romance do autor e perder uma ligação essencial entre a ficção e o mundo histórico dessa ficção (Said, 1995). Hábitos que valorizam as obras como sendo autônomas se fecham em interpretações ensimesmadas, mas Said fará o contrário ao mostrar que a literatura faz referências constantes a si mesmas como participe da expansão ultramar. Williams chamou de 'estruturas de sentimentos' que sustentam, elaboram e consolidam em suas formações culturais e, conseqüentemente, as suas análises, aquilo que é necessário saber e pensar a respeito, por exemplo, no caso do nosso estudo, da brasilidade.

Para examinarmos a fundo a questão da arte e suas desenvolturas não mais de cunho ideológico, a cultura não deve ser isolada da história e da sociedade, pois é neste entrecruzamento que se ligam cultura, literatura e imperialismo. Nem a cultura nem o imperialismo são inertes assim como as formas culturais são híbridas, ambíguas, impuras. Em todas as culturas nacionalmente definidas existe uma aspiração à soberania, à influência, ao domínio. É o que iremos trabalhar com relação ao domínio de interpretação da idéia de Sertão, posto como objeto central na discussão da intelectualidade, do poder estatal e também exposta pela crítica literária como espaço privilegiado da identidade nacional brasileira.

Esta construção de identidade é feita a partir de uma olhar hegemônico, como no caso das visões da intelectualidade, transformando culturas no seu aparato ideológico. Mas as culturas, até mesmo as mais hegemônicas, tendem a capturar outras culturas ao invés de repudiá-las. Há, evidentemente, no discurso hegemônico da nacionalidade de excluir questões indesejáveis, em busca de uma raiz cultural ou de uma origem. A busca de um conceito de nação está embebida em um ideal de homogeneidade ou pureza. Eric Hobsbawn observa que, no século XIX, buscava-se eliminar as possíveis misturas culturais indesejáveis nas explicações das origens da cultura européia. Isso acontece em decorrência de uma pressão social em administrar as colônias de ultramar e do fato de que as elites européias se sentiram obrigadas a legitimar o que podia advir da tradição e longevidade. Nas palavras de Said: "O mais importante do que o próprio passado, portanto, é sua influência sobre as atitudes culturais do presente". (SAID, p.49)

Expomos mais uma vez a discussão entre Guimarães Rosa e Euclides da Cunha, pois pensamos nos paralelos importantes de interpretação e os resquícios que a obra do escritor do final do século deixou para os intelectuais brasileiros, em especial, uma tradição de pensar o Brasil em sua suposta dualidade. Essas discussões podem contribuir para o escopo da nossa pesquisa associadas às idéias de Said com relação ao imperialismo, as quais se encaixam, de certa forma, na especificidade brasileira.

O legado do colonialismo europeu e, mais ainda, do regime Imperial brasileiro, herdaram representações para a nossa intelectualidade. É só pensarmos que boa parte da inteligência brasileira foi composta de pensadores que ainda tinham a sua formação fora do país, algo que se reverte perto do fim do século XX em um processo de “nacionalização” no qual incluímos o próprio Euclides. De qualquer maneira, a formação interna não desvinculou nossos intelectuais das formas de entendimento de país no contexto imperial brasileiro (nota) e tampouco de influência de civilização nos moldes europeus.

As distinções entre a obra de Euclides e a de Guimarães nos permitirão análises comparativas de dois momentos não só na questão da autenticidade nacional, mas também em outros aspectos, como na questão racial e de gênero permeadas, principalmente, em *Grande Sertao: Veredas*.

2.2.Sertão e o não sertão - A autenticidade nacional

A questão da autenticidade nacional marcou os debates intelectuais e também os valores que nortearam a crítica literária até meados do século XX, mas podemos datar de fins do século XIX a emergência desta problemática, mais especificamente a partir da chamada geração 1870. Desta década até a de 1920, predominou uma forma determinista e racializada da compreensão da nação brasileira (Borges, 2005), a qual foi superada por uma virada culturalista a partir da década seguinte. Assim, se a obra de Euclides se dá em meio ao contexto darwinista-social, a de Rosa já se insere em contexto bem diverso.

A discussão da cultura na produção artística forma um elemento de unificação de identidades em um território. Adentraremos, então, numa questão central em nosso objeto de trabalho: a idéia de cultura. A crítica literária, no período de

Guimarães Rosa, está imersa na ênfase na cultura nacional, descendente do culto da civilização ou mesmo de povo brasileiro. Esta preocupação advém de um período anterior, na formação de uma classe de intelectuais brasileiros marcadas pelas preocupações com relação ao povo. A preocupação inicial neste período está em uma busca de valores para o povo na sua forma ainda básica de língua, etnia e cultura homogênea, mas principalmente com relação à raça. Como observa Renato Ortiz:

A releitura de Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues é esclarecedora na medida em que revela esta dimensão da implausibilidade e aprofunda nossa surpresa, por que não um certo mal-estar, uma vez que desvenda nossas origens. A questão racial tal como foi colocada pelos precursores das Ciências Sociais no Brasil adquire na verdade um contorno claramente racista, mas aponta, para além desta constatação, um elemento que me parece significativo e constante na história da cultura brasileira: a problemática da identidade brasileira.” (Ortiz, 1985, p.13)

Os intelectuais que se debruçavam com relação a essa formação cultural, na verdade se encaixam, a nosso ver, como pioneiros das ciências sociais, porém como autoditadas. Naquele período, as fronteiras entre campos estavam muito indefinidas e estes autores ainda trabalham a questão da cultura numa perspectiva pseudo-científica. Eles faziam uma discussão híbrida entre a literária e a científica sobre a centralidade do interior do país. De qualquer forma, a questão de interpretação tem dois momentos, uma marcada pelas análises raciais e outra culturalista. Mas mesmo no segundo período há resquícios da interpretação darwinista social e até mesmo no período de Guimarães Rosa ela está expressa de outra maneira, na discussão sobre “democracia racial”. O país da época de Euclides da Cunha, no final do século XIX estava “condenado à civilização”, o que nos termos da época e do próprio Euclides significava que a cultura do interior seria substituída pela cultura citadina copista (litoral), ou seja, uma cultura com elementos “superior”, porém não autêntica. Com base naquilo que Euclides mesmo viu em Canudos, embora considerasse a autenticidade do tipo sertanejo em algo de brasileiro ou americano nos habitantes de Canudos, esses não teriam condições para superar tão rápido o seu atraso. Não havia tempo para se ajustar ao que a civilização com seus

canhões e "racionalidade" teriam de melhor. A relação de forças ou relações de culturas opostas é a base da discussão da intelectualidade da época sobre o Brasil. Isto inicia com Euclides e, em sua obra, é visível a preocupação com a identidade do país, identidade esta necessária para a formação de um povo ou nação. Segundo o próprio autor, os canhões abrem caminho para uma nova forma de vida que não pode esperar para consolidar. Dessa maneira, o triunfo do exército nacional sobre a população local demonstra uma relação de superioridade.

Sem dúvida, a descrição acima evidencia o quão importante é estar dentro de uma civilização, mas a sua interpretação está para um conteúdo que predominou no pensamento brasileiro de sua época até as suas mudanças mais científicas da identidade nacional já nas primeiras décadas do século XX. No entanto, em Euclides havia certo desconforto face à distância no espaço e no tempo que separava os dois Brasis. Não era apenas com relação aos brasileiros do interior que se sente afastado, pois ele é um intelectual que se coloca como estrangeiro – em relação aos habitantes rústicos do interior e os valores dos copistas que tornavam outra civilização de empréstimo e perderam de vista a autenticidade brasileira. “Esse tema – o dos intelectuais que se sentem como estrangeiros - está presente em vários autores, e mereceu sugestivas sínteses, nas palavras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Antônio Cândido”. (Lima, 1999, p.50)

Colocamos essa discussão da cultura, ou melhor dizendo, da literatura como expoente nacional, para analisar *Grande Sertão: Veredas*. Porém, antes desse mecanismo de elevar uma obra de caráter nacional e todos seus elementos de interpretação e autenticidade nacional, pensemos na obra de Euclides da Cunha. Os *Sertões* inaugura na literatura do Brasil um escopo de construção de nação no sentido de valores e culturas locais, e mais, de sentido de autenticidade. Nísia Trindade Lima diz que: “com muita freqüência, o livro de Euclides da Cunha é lembrado como marco de origem, apontando-se a persistência da matriz dualista de interpretação da sociedade brasileira.” (Lima, 1999, p. 13).

Os intelectuais de sua época colocavam a discussão sobre o emblema de civilizado versus barbárie, ou litoral versus sertão, assim caminhou a discussão sobre a problemática brasileira entre o que era civilizado e não civilizado. Desta forma, segundo Lima, o sertão acaba tendo uma representação não apenas geográfica, mas sim no seu sentido de representação social, de modos de vida e de

cultura diferenciados dos cidadãos. Em seu livro *Um Sertão Chamado Brasil*, ela atribui

à relação entre litoral e interior, considerando as versões que valorizam negativamente os sertões, visto como espaço da barbárie ou do atraso cultural, as que os idealizaram como lugar em que se desenvolveria a autêntica nacionalidade, e as ambivalências em torno dessa representação geográfica/social. (Lima, 1999, p.14)

Sobre a idéia dicotômica entre civilização e não civilizado, Nísia apóia-se no termo de Nibert Elias, na qual a proposta consistia em orientar a política dos governantes para compreender as leis da civilização e de poder, e direcionar um decurso racionalista. A idéia que deveria ser imposta é de superar aquilo que ainda persiste como barbárie, suplantá-la de vez. Com a ascensão da burguesia, tal conceito acompanhou e acentuou a idéia de progresso de forma que a palavra civilização transformou-se em uma espécie de auto-imagem nacional. (Lima, 1999)

Desta forma a idéia de cultura não pode estar desassociada da formação de Estado nacional, onde se quer impor de alguma forma um padrão. Segundo Terry Eagleton:

O Estado-nação não celebra inteiramente sem reservas a idéia de cultura. Ao contrário, qualquer cultura particular nacional ou étnica realizará seu potencial somente por meio do princípio unificador do Estado, e não pela sua própria força. As culturas são intrinsecamente incompletas, e precisam da complementação do Estado para se tornar verdadeiramente elas mesmas. Eis porque, ao menos para o nacionalismo romântico cada população étnica tem direito ao seu próprio Estado simplesmente em virtude de ser uma população distinta, já que o Estado é a forma suprema pela qual sua identidade étnica pode ser realizada".(Eagleton, 2005, p. 90)

Seguindo a lógica de pensar um Estado-Nação dentro de uma visão ocidentalizada, as análises de Nina Rodrigues, Silvio Romero, Euclides da Cunha, cada qual a seu modo, criaram também representações de povo-nação. Adaptando a teoria eurocêntrica ao cenário brasileiro, depararam-se com um tipo aclimatado ao meio: o mestiço. A interpretação da relação necessária entre nação e civilização levava, em cada país, à formação de uma cultura no seu apanhado espírito de povo, sempre marcado pelo contexto regional. Renato Ortiz observa como a questão sobre o aspecto de tipo médio brasileiro se tornou predominante para os intelectuais discutirem nossa autenticidade.

A questão da adaptação climática é um marco na interpretação de Brasil. Na leitura de Euclides da Cunha, o escritor-engenheiro deixa claro no capítulo da *Terra* e mostra que o afastamento do sertanejo deixa-os de alguma forma longe de uma intervenção europeia de cultura e civilização, mas por outro lado cria um típico brasileiro adaptado ao seu clima e às maneiras de vida nesse território. Nesse sentido, a preocupação para a intelectualidade brasileira, é esclarecer que Euclides da Cunha era um pensador americano, pois pensava a formação cultural do seu próprio país na perspectiva interna, “o olhar de dentro do país”. (Lima, 1999) A busca de um país que não fosse afeito aos costumes predominantemente estrangeiros só poderia ter como resposta a sua composição étnica e seu contexto regional na determinação de um espírito nacional.

Temos, nesse período, portanto, uma discussão que envolve um ideal de civilização. A própria literatura, no contexto da sua escrita e suas indagações com relação ao que ela propõe faz com que *Os Sertões* seja uma evidência explícita de domínio de um pensamento de um intelectual, no caso do próprio escritor como estrangeiro em sua própria pátria. Podemos pensar que a questão do nacionalismo brasileiro não foge de uma interpretação imperialista para o seu próprio território, embora a questão do jugo brasileiro por países europeus, com exceção é claro da portuguesa, não tenha ocorrido no período mais imperialista (século XIX). Mesmo não sendo parte de uma colonização francesa, inglesa direta, a intervenção inglesa nas questões brasileiras sempre foram evidentes. Logo, a formação de nossa intelectualidade, feita em base na Europa, não poderia escapar de um eurocentrismo que marcaria as análises sobre o Brasil.

O período que corresponde o auge do imperialismo é concomitante com as preocupações dos intelectuais brasileiros com nação, identidade nacional, raça, o que evidencia o empenho imperialista da elite brasileira na forma de pensar seu próprio país. Embora não coloquemos numa influência simples e direta, a maneira de pensar no seu próprio contexto regional a partir de um olhar “de fora” é visível na Geração 1870 e seus “descendentes”. Se pensarmos numa questão política, cultural e econômica, o imperialismo é evidente no caso brasileiro. Embora não seja uma dominação direta, a carga eurocêntrica sobre o Brasil do século XIX é forte por meio de formas culturais, da formação de elite e de valores, o ensino de cultura europeia (não só portuguesa, mas também francesa e inglesa), tudo isso marca as leituras

sobre a cultura nacional brasileira. A restauração do Rio de Janeiro no começo do século XX é um exemplo disso, uma clara evidência de sobreposição da cultura européia sobre o território brasileiro.

É evidente que o contexto brasileiro de sua formação de país é bem anterior aos países africanos ou asiáticos, de dominação imperialista, porém isto não o coloca à parte na experiência histórica do imperialismo. Fundamentamos na mesma linha de pensamento nossa tese da interpretação imperialista ocidental como parte da história brasileira. A temática de um imperialismo à moda brasileira, se podemos colocar dessa maneira, tem elementos de uma intelectualidade, que, quase por unanimidade, pensa como Euclides sobre o aspecto nacional exigindo um avanço da civilização para o interior do país. Esse imperialismo (à brasileira no seu próprio interior) não está numa independência do rumo imperialista europeu, mas em paralelo, pois eram idéias similares, mas voltadas para nós mesmos, que apontavam o imperativo de uma colonização do interior.

No Brasil, havia espaços para serem conquistados (terras) e para isso se empregam todos os meios, não só canhões e homens, mas também representações de valores artísticos, científicos, pedagógicos, para se fazer presente uma dominação. De um modo diferente, mas a tal ponto importante que não podemos deixar de perceber, a questão da nacionalidade brasileira se dava em um contexto específico de conquista e imposição no seu formato ocidental imperialista. A discussão a respeito dessas imposições está no debate sobre a autenticidade. No caso brasileiro, este debate se dava preso ao que era hegemônico em termos de cultura, em uma interpretação homogênea de cultura nacional ou, de forma mais clara, à cultura brasileira compreendida no sentido singular e não plural. A questão em Euclides abre para uma interpretação no chamado dualismo, numa chave de conquista muito conveniente em determinar o que era atrasado e o que era moderno. Esta discussão inicia numa questão racial, embora ainda não solucionada, pois tinha como projeto um país branco, mas adaptado às suas condições geográficas e climáticas. Apenas três décadas depois (1930) emergiriam interpretações culturalistas sobre este "problema nacional". Nessa nova perspectiva, supostamente anti-racialista, abordar-se-ia a necessidade de convivência respeitosa entre as raças e valorização do mestiço, o que em meados do século XX resultaria na ideologia da democracia racial, associada a Gilberto Freyre.

Lima salienta que as incursões ao interior do país, marcadas pelo projeto de Brasil e a forte idéia que também prevaleceu na literatura, no exemplo de *Jeca Tatu* de Monteiro Lobato, sublinhavam a displicência do homem do interior e a falta de aproveitamento da terra. Em outras palavras, tais empreendimentos exploratórios iam encontrar o que já imaginavam de antemão, o homem do interior doente por causa da região tropical ou equatorial. Essa preocupação por um *país doente* se torna posteriormente a questão central para o progresso nacional. O caboclo ou sertanejo do interior, ainda se referindo na sua forma negativa de valores culturais e de raça, está em pleno atraso por conta do seu isolamento em relação à civilização. Mais uma vez, é a questão de modernidade e atraso que marca os intelectuais, na sua maioria da classe médica-higienista, em sua discussão de Brasil moderno. A questão do sertanejo, ou mesmo do caboclo, ainda não está solucionada como categoria racial, antes vinculada ao atraso. Essa relação de oposição entre atraso e modernidade no Brasil institui as reflexões que falamos ainda de dois Brasis¹².

Passamos então para a atmosfera nacionalista de Brasil no período de Guimarães Rosa, já no período pós-Segunda Guerra Mundial. A discussão de Renato Ortiz sobre a questão da cultura nacional no período correspondente de Guimarães e as influências da intelectualidade neste período, confere uma significativa mudança de perspectiva sobre a identidade nacional, que, segundo Ortiz, é recente e deriva do desenvolvimento de uma sociedade mais complexa.

No caso brasileiro, isso é bem evidente quando temos uma forte industrialização e uma crescente formação de grandes contingentes de trabalhadores urbanos. Podemos pensar a respeito da formação desta atmosfera de identidade nacional que desde Euclides da Cunha vem mostrando dentro de um escopo literário o quão importante é o mecanismo de incrustação de uma autenticidade nacional a partir de um chamado valor artístico que é a literatura, como detentora de poder e propagação de representação coletiva de um povo e seus costumes.

Essa incrustação acompanha em muito a interpretação de intelectuais ao longo dos anos, desde Euclides a Guimarães Rosa. Os pioneiros de uma

¹² Lima(1998) diz que o tema de dois Brasis: atrasado/moderno é um drama que passa por Euclides da Cunha aos higienistas, de Roquette Pinto, de Oliveira Vianna, de Gilberto Freyre, de Sergio Buarque de Holanda, de sociólogos como Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, em saber como se colocar diante do problema para o progresso e modernização do interior.

interpretação que evidencia uma perspectiva mais cultural são Gilberto Freyre, Caio Prado Jr, Sérgio Buarque, sendo que o primeiro, não filiado à academia, tinha um discurso mais tradicional, mas com elementos antropológicos do culturalismo de Boas. No caso de Guimarães Rosa, há uma diferença em termos históricos e sociais. Embora a nação em números absolutos não seja ainda na maioria alfabetizada na década de 1950, temos uma incipiente população que consome livros, uma classe média que vem aflorar com o advento da industrialização brasileira, iniciada por Getúlio Vargas. No momento da publicação do romance de Guimarães Rosa, o governo progressista de Juscelino Kubitscheck (1956-1960) que tem até mesmo a proposta concreta de mudar a capital do país para o sertão.

O livro de Euclides alcançou, dentro da discussão da inteligência brasileira, o posto de respeitável obra no cânone de nossa literatura, compreendida como cultura mais respeitável e elevada de um povo. A ideologia da mestiçagem que estava aprisionada nas ambigüidades das teorias racistas predominantes na época de Euclides, em meados do século XX passa a se tornar senso comum e é celebrado no cotidiano, nos eventos como o carnaval e o futebol, portanto, disseminando interpretações feitas anteriormente, nas décadas de 1930 e 1940, por intelectuais como Gilberto Freyre. Como afirma Renato Ortiz, “O que era mestiço torna-se nacional”, (Ortiz, 1985 p41). Freyre é recebido por todos, tanto esquerda como direita, o que explica que a obra desse autor é encontrada fora dela, ao permitir ao brasileiro pensar positivamente a si próprio.

Mas se coloca um problema, segundo Ortiz, na construção de identidade mestiça fica difícil o discernimento entre as fronteiras de cor. Por exemplo, o samba ao se promover como símbolo nacional esvazia-se sua especificidade de origem. Gilberto Freyre retoma nos anos 30 as preocupações dos intelectuais do final do século XIX sobre a nação brasileira. É bem verdade que as análises racistas são deixadas de lado, mas não deixaram de trabalhar questões que, para os intelectuais e mesmos críticos literários, são essenciais para a cultura nacional: o apego ao que é autêntico. Para Ortiz a “identidade nacional e cultura popular se associam ainda aos movimentos políticos e intelectuais nos anos 50 e 60 e que se propõem redefinir a problemática brasileira em termos de oposição ao colonialismo” (Ortiz, 1979, p. 128). Esse é o elemento de uma época em que está em voga a sua própria colonização de um espaço que o Estado brasileiro imagina integrar e civilizar.

Num contexto posterior, Freyre recoloca a questão do Estado, que historiadores chamariam de redescoberta do Brasil. A questão do Brasil é favorável para pensar além da categoria raça. A modernização no Brasil precisa estar reforçada com a *idéia de trabalho* para o novo desenvolvimento econômico e político do País. A literatura de Guimarães Rosa ganha peso nesta discussão. Guimarães Rosa empreenderia, então, uma reescrita, como diriam alguns críticos, sobre a cultura do Brasil, ou mesmo uma interpretação de Brasil que seguiria uma explicação dentro dos grandes intelectuais canônicos do Brasil, de Euclides da Cunha, passando por Gilberto Freire, Caio Prado até chegarmos para a crítica literária em que vê em Guimarães Rosa o representante desse grupo seleto de intérpretes da cultura nacional¹³. Segundo Bolle (2004), o que Guimarães Rosa tem de mais original em sua obra é o elemento de construção de uma verdadeira maneira de ser do interior e sua maneira de falar que é exposta como sendo de um Brasil que ainda é esquecido.

Porém, a identidade nacional é uma entidade abstrata e, como tal, não pode ser apreendida na sua essência. Ela não se situa junto à concretude do presente, mas se desvenda enquanto virtualidade, isto é, projeto que vincula às formas sociais que a sustentam. “Isto equivale a dizer que a procura de uma identidade brasileira ou de uma “memória brasileira” que seja em sua essência verdadeira é na realidade um falso problema”. (Ortiz, 1979,139)

Nesta perspectiva do período de Guimarães Rosa, iremos trabalhar melhor o que constitui na sua obra a questão de fora e dentro do seu romance com relação ao chamado povo brasileiro. Se no final do século XIX a discussão é racial e nas primeiras décadas passa a ser uma questão higienista, depois a discussão se torna uma questão cultural. O ser nacional e o mito racial, a questão de um enfoque até mesmo quem é esse ser nacional, passa por um processo positivo em Guimarães Rosa. O elemento para a intelectualidade nacional como raízes e sua autenticidade perpassa em períodos que iremos examinar no capítulo a seguir, a re-interpretação de povo brasileiro com significados diferenciados para cada período e tendo cada período sua episteme e conjuntura, em que as rupturas estão longe de ser tão significativas e a modernidade clama sempre pela tradição.

¹³ Bolle(2004) coloca Guimarães Rosa entre maiores de intérpretes da nação brasileira. Uma característica de expor a literatura num vertente patriótica.

Da questão da formação de uma capital, Brasília, e a valorização de uma chamada cultura nacional do interior passa para um discurso político de país, feito por intelectuais que selecionam os elementos de autenticidade nacional ou de brasilidade escondendo outras relações de formas culturais ou movimentos de resistência, que são omitidas propositalmente para a formação de um país único, de cultura homogênea e coerente.

Capítulo 3

3.1. Brasil pensado como um corpo, um todo orgânico – Da velha República até a década de 1950.

A idéia de *país* implicava a idéia de unidade política soberana, organizada politicamente, com seu hino, sua bandeira, seu brio nacional, configurando uma *nação*. A partir daí se construía a imagem ideológica e retórica de povo. E o que era o povo, nos documentos oficiais, nos discursos, nos livros didáticos, nas obras de reflexão? O que era essa entidade à qual se atribuíam virtudes defeitos, para a qual se planejavam sistemas de instrução e modos de cobrar imposto? Seria toda a população, a classe média ou a elite dominante? Seria o trabalhador livre, ou também o escravo?

Antonio Candido – Radicalismos

A partir desse capítulo faremos uma análise histórica do período que corresponde o final do século XIX até os anos de 1950, ano que temos a escrita de Guimarães Rosa. Propomos esta longevidade no período para sermos mais inteligíveis na explicação da problemática do ser nacional ou de identidade nacional. Buscaremos trazer dentro desse período as várias explicações da intelligentsia brasileira para o mito nacional de forma que possamos fazer no próprio estudo de *Grande Sertão; Veredas* os possíveis paralelos entre a obra e o período. A própria obra de Guimarães Rosa desenrola no livro dois tempos. O primeiro momento se passa no final para o começo do século XX, que inicialmente não está explícito na obra do escritor, mas ao longo do texto há marcas do retorno do tempo e demonstrando ser o período entre final do século e começo dos noventa¹⁴. O

segundo momento histórico que se dá no período atual da narração, que pomos como sendo indubitavelmente o período da escrita de Guimarães Rosa, anos 1950. Essa busca histórica se dá por motivos de analisar a inteligência brasileira no esforço de criar um ser nacional (Ortiz, 1984), mesma ocasião correspondente ao campo ficcional da obra.

Nesse período, destacaremos as comparativas entre história e tempo do romance e colocaremos em discussão o termo *ser nacional*. A importância dessa comparação entre os tempos do final do século XIX até a metade do século XX decorre de transformações importantes para a sociedade brasileira ainda que sem rupturas drásticas de pensamento social, mesmo com a institucionalização das ciências sociais. Além disso, temos observado que as preocupações dos intelectuais da época de Guimarães Rosa acompanham as de Euclides da Cunha. O mesmo faremos, além da evidencia dupla de dois períodos em *Grande Sertão: Veredas*, o próprio escritor acompanha as discussões e também se apraz na sua escrita os contrastes da experiência nacional.

Temos nesse capítulo um apanhado das transformações e compreensões sobre o mito nacional. Na tentativa de vislumbrar melhor o contexto histórico e social, significa, portanto, na construção de pensamento social brasileiro, ou melhor, de formação da própria ciências sociais. Começamos a apreender o que significa o ser nacional? É uma psique coletiva que compreende a idéia de nação, que surge no período do império, que terá as primeiras interpretações com Nina Rodrigues, reforçado já no período da República por Euclides da Cunha e posteriormente com a vinda da missão estrangeira para a formação das ciências sociais brasileiras. Essa institucionalização será a primeira estabelecer para si mesma sua dinâmica e legitimidade para o pensamento brasileiro, nos anos 1940 e 1950¹⁵. Período esse em que as transformações da sociedade no sentido mais dinâmico, com a industrialização e a presença de um Estado centralizador, se fazem presente.

¹⁴ No final do texto o narrador-personagem explicita o momento do nascimento de Reinaldo/Diadorim tendo como nome verdadeiro de Maria Deodorina. "Em um 11 de setembro da era de 1880 e tantos... O senhor lê. De Maria Deodorina da Fé Bettencourt Marins – que nasceu para o dever de guerrear e nunca ter medo, e mais para muito amar, se gozo de amor..." GSV, p. 56

¹⁵ No texto publicado, em 1956, *Sociologia no Brasil* no mesmo ano de publicação de *Grande Sertão: Veredas*, Antonio Candido coloca como marcos fundamentais e de rupturas para o pensamento social brasileiro, a institucionalização das ciências sociais, fundamentalmente nos anos 1950 e 1960.

Antes, empreendemos desse chamado ser nacional a problemática que liga a formação do que poderíamos denominar de *corpo nacional*. A construção de nação passa pela questão de uma forma específica, de um tipo, um modelo, padrão de etnia ou de corpo que representa uma entidade nacional, que numa compreensão epistemológica (e de difícil escapatória para a explicação dentro mesmo das ciências sócias) a identidade nacional num viés de homem branco. Para isso, há um dispositivo para a construção identitária exposto a partir do binarismo, ou dualidade ou ainda de dicotomia. Uma forma de compreensão das relações humanas dentro do jogo: branco/negro, civilizado/incivilizado, baixo/alto, relações que são ampliadas no contexto em que a própria visão de civilização e o que não é civilização será reforçada com o imperialismo dos séculos XVIII e XIX. Ou seja, num período em que o olhar do outro reforça a constituição de identidade, o branco ao entrar em contato com o negro durante o processo da colonização reforça os contornos de suas diferenças e dicotomias. Nesse processo temos ao longo do século XVIII e XIX a formação de uma classe social, a burguesia, em seu apanhado sobre a diferenciação e a dualidade, na formação de sua identidade, ou um corpo específico que se fará diferente de outros não pertencentes ao seu.

Por meio dessa metáfora do corpo trataremos de discutir e evidenciar a relação de formação de um dispositivo de controle que advém de um contexto externo, europeu. Michel Foucault em seu livro *História da Sexualidade I* analisa a questão de um corpo que está em madurecendo e é específico de uma classe, a burguesia. O filósofo descreve como a relação de poder e o dispositivo de poder é gerido pela própria classe que ascende: a burguesia que vem de um período anterior ao século XIX. Quando falamos em corpo, estamos nos referindo a uma problemática de discurso sobre a moral do corpo que, numa determinada classe social, tem o seu advento a partir de uma gama de saber e poder responsável para manutenção e estabelecimento social. O corpo de uma nação seria uma forma personificada dessa configuração de condutas nascida na classe burguesa em cada país e não deixa de ser um dilema nacional. O corpo dessa nação é preferencialmente o seu tipo ideal: homem, branco, heterossexual e ajustado.

Essa busca de uma imagem de civilização está comprometida de dentro de uma epistemologia, até mesmo nos países ou povos que são bases dos contrastes. Esta mesma episteme que faz com que até mesmo o colonizado pense as relações

opostas no próprio país, no caso o Brasil. Para isso, há de se fazer devidas distinções dos contextos entre o europeu e sua formação de corpo nacional, e o do ser ou ente nacional brasileiro. Foucault fala num contexto europeu, que tem como formação de classe burguesa bem distante e complexa da sociedade brasileira. Mas coloquemos as diferenças e mimetizemos as conforme as suas particularidades, nos dois contextos sobre a questão de classes que para o nosso estudo se refere a uma incipiente elite branca brasileira cidadina, com tamanhos e estruturas diferenciadas das do contexto europeu.

Tomamos como um modo de explicação a formação de um corpo da nação, que é da burguesia, corpo que resulta de quatro estratégias globais de dominação, constituintes do dispositivo da sexualidade¹⁶ a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do corpo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer "perverso". Essa nova tecnologia sexual surge no século XVIII, criando uma relação entre degenerescência, hereditariedade e perversão. O dispositivo da sexualidade, que instituiu o sexo como verdade maior sobre o indivíduo, transpõe o controle para a carne, os corpos, os prazeres. O autor contrapõe isso ao dispositivo da aliança, que definia o proibido/permitido através da relação. O dispositivo da sexualidade vê sua ascensão no seio da burguesia, é ligado à ascensão desta. As classes populares submetidas antes somente ao dispositivo da aliança se viram submetidas também ao dispositivo da sexualidade com a hegemonia burguesa (Foucault, 2005).

Desta maneira, a problemática do controle da população se faz mediante esse dispositivo¹⁷ que visa à formação de um corpo nacional controlado. Esse mecanismo de regras para o próprio corpo individualizado passa por um ser coletivo que é a burguesia. A hegemonia dessa classe produz saber-poder e é capaz de

¹⁶ Segundo Foucault, em *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*: “A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder”. (2005:100)

¹⁷ Dispositivo, por sua vez, é: “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.”(2006, p.244)

proliferar e reverberar em outros segmentos não pertencentes à sua classe. A manifestação de seus valores e costumes passa de contexto local, do próprio país que, posteriormente, recai para outros países, no caso brasileiro, da elite brasileira: um círculo fechado de pessoas que tem influências no contexto europeu. Na Europa o corpo da burguesia mostrava no seu grau de maturidade já no final da primeira metade e começo da segunda do século XIX, como todos os graus de controle dos corpos. No Brasil se dará a sua formação no começo do século XX, com a formação burguesa propriamente dita.

A maturidade da formação do corpo da burguesia como representante máximo da nacionalidade representa em outras palavras a ação contra os corpos abjetos, de um modo geral, os não aceitáveis e os que fogem de uma conduta hegemônica burguesa. O controle da burguesia diante dos que não fazem parte desta é a sua política de contenção ou de não assimilação ou pânico de outras classes. Isso se faz dentro de um discurso médico biologizante de afastar o corpo que não é burguês e dar legitimidade ao corpo "sadio e forte" das classes altas.

Os programas de saneamento e de vacinação são formas de controle explícito aos que não se enquadram a uma política de dominação e controle, por assim dizer, direcionadas as populações pobres e seus não adaptáveis e imprestáveis. Numa maneira de distanciamento ou risco de contaminação com as elites. É escusado dizer, portanto, que no Brasil, principalmente no contexto sul-americano, é lugar-comum afirmamos que toda a elite nesses países é "branca", o medo de ser confundidos com o não branco corrobora com a baliza de distinção entre pobres e ricos.

Dain Borges estabelece essa relação das elites com a população e todo o discurso médico para o afastamento e medo da contaminação racial. "As discussões Brasileiras sobre raça entre 1880 e 1940 foram, em parte, um uso da teoria científica européia para racionalizar o sistema nacional de discriminação de cor." (Borges, 2005, p.43) O corpo nacional da elite é evidente como constata Borges com relação à diferenciação da elite em relação ao restante da população. Parte do pensamento racial do Brasil refletia a medicalização geral do pensamento social, com os médicos no início dos oitocentos que propuseram reformas higiênicas em famílias de classe alta para proteger as crianças de contaminações hereditárias e ambientais. A ciência social de Spencer e Comte após 1870 contribui para a medicalização: "Da década

de 1880 à 1920 a enfermidade nacional que o pensamento social mais diagnosticou foi uma que conectava a saúde individual ao bem-estar nacional: a degeneração.” (Borges,44, 2005) Segundo Miskolci,

A degeneração era considerada um desvio da normalidade de fundo hereditário e sem cura. Suas manifestações iam desde estigmas físicos como estrabismo, orelhas imperfeitas, crescimento atrofiado até doenças mentais como histeria, egoísmo exagerado, pessimismo, apatia, impulsividade, emocionalismo, mesticismo e completa falta de senso sobre o certo e o errado. (Miskolci, 2005, p.18)

No caso brasileiro é bastante elucidativo se pensarmos a questão do corpo que se forma da classe burguesa, ou se formos analisar melhor da ínfima elite se comparada ao resto da população brasileira. A Revolta da Vacina (1904) mostra de forma acentuada essa pequena classe de homens letrados com aspirações a classe burguesa européia contra uma classe de populares. A revolta ganhou dimensões gigantescas, pois o tema da saúde para elite brasileira passava por uma questão de controle e vigilância, mas o tamanho dessa população para ser controlada do modo como foi é insustentável, ora visto que a sua atenção às questões básicas de alimentação nem eram supridas. Esse é um exemplo de como a própria burguesia, ou melhor, dizendo, da elite brasileira pensava o próprio corpo e o dispositivo de controle para a população de modo geral não pertencente a sua classe e valores. Tudo se dava com base no discurso médico legitimador da sexualidade, do matrimônio, da procriação e do modo como as pessoas deveriam se relacionar, pois a sexualidade é a forma privilegiada para o controle da relação entre o indivíduo e a coletividade.

O litígio da união racial que se tornava uma problemática complexa envolvia uma vigilância e o pânico da mistura logo após a abolição da escravidão. A respeito da problemática da vigilância todas elas marcaram de algum modo o século XIX e XX com as suas visões predominantemente cientificista e organicista. Para elucidar e fazermos uma análise comparativa desse período que relatamos é mostrar o estudo de Richard Miskolci. O sociólogo analisa a obra de Machado de Assis e a sua percepção bem explícita do que era a influência da biologia e ciências médicas no período antes do regime republicano. Em *O Alienista*(1882), o escritor dá a nós a dimensão da problemática, pois segundo Miskolci:

Machado de Assis via o intelectual que se apoiava nas novas idéias científicas aspirar a um poder inquestionável e que só compartilharia com seus iguais. A asserção de Simão Bacamarte em *Alienista* (1882) não deixa dúvidas: "Meus senhores, a ciência é coisa séria, e merece ser tratada com seriedade". Não dou razão dos meus atos de alienista a ninguém, salvo aos mestres e a Deus." (Assis, 1979, p.272) A ironia machadiana utiliza a pretensão dos cientistas de se igualarem a Deus, para fazer uma crítica ao poder que a ciência passara a conferir a seus adeptos no período final do Império. (Miskolci, 2006, 352)

No conto de Machado de Assis, ficam claras as razões do culto da ciência em fins do século XIX, ou seja, não por sua eficiência, antes devido a seu poder e autoridade que conferia aos intelectuais e suas aspirações por poder político. Machado coloca de forma jocosa a relação com biologia e o discurso médico muito presentes na sociedade brasileira do oitocentos. Miskolci neste texto evidencia a discussão que norteou as ciências e a arte, em que constavam na discussão os principais intelectuais brasileiros do século XIX, Silvio Romero e Machado de Assis, em que o primeiro defendia a aplicação das ciências na literatura como prova de engajamento político nacionalista enquanto o segundo distinguia a arte de ciência. No texto do sociólogo, é notória a relação e influência que os intelectuais desse período tiveram na propagação dos conceitos médicos e da biologia determinista-evolucionista do século XIX.

A questão com os campos entre ciência e o que não era ciência estava sendo trabalhada de forma a empreender uma chamada preocupação nacional, é a mesma do controle médico-normativo. As relações entre controles dos corpos feitos na sua forma sanitarista ou profilática espraiam para questões de ordem cultural, ou de produtos culturais entre elas o romance, boa forma de disseminação dos valores da classe burguesa. Não é à toa que a questão pensada por Silvio Romero dentro de suas análises biologizantes relacionava as questões culturais e ideológicas com um corpo nacional, que faz da literatura o seu porta voz. Assim, campos distintos (que analisamos nos capítulos anteriores) se imbricam de certa maneira, propondo um corpo nacional dentro dos discursos médicos científicos e culturais. Na discussão entre essas duas grandes personalidades dos fins dos oitocentos Miskolci, de forma crítica, evidencia um embate dentro da intelectualidade sobre a pertinência de pensar a arte como representante de uma nação, demonstrar dentro de seus valores espirituais e dentro da própria arte o caráter científico para elaboração e explicação de um povo. Em outras palavras, valores de uma autenticidade e também de uma

explicação racional de ser nacional, e a literatura nacional como, por excelência, representante de um valor essencializante de povo, logo de um corpo ideal imaginado como branco, heterossexual, saudável.

A “literatura nacional”, representante desse ideal, não se perde e percebemos adiante em nosso estudo a questão da literatura e o seu viés de espiritualidade de um povo. Em *Grande Sertão Veredas* a percepção de uma literatura com a proposta de uma espiritualidade nacional também é aclamada e a questão do corpo também é presente. As suas formas mais essencializantes de pensar um povo é deter a partir de um imaginário orgânico, com a diferença que na abordagem literária em Euclides da Cunha tem uma proposta darwinista-social para pensar o país. O que diferencia na contextualização histórica e social de *Grande Sertão: Veredas*, que possui uma perspectiva cultural de sertão e o caboclo nesse território, mas que não foge de um tipo de brasileiro pensado como corpo pela crítica e as ciências sociais.

Com a chegada da República ganharia mais peso a problemática de uma identidade nacional, posteriormente reforçada pelo Estado centralizador dos anos 1930, que aos poucos vai afirmando uma política de saúde pública que será uma das grandes marcas da construção de identidade nacional no viés sanitarista do começo do século XX até chegar a uma forma culturalista (com traços essencializadores) em meados do século. No entanto, a questão que tratamos sobre o corpo da nação do seu dispositivo de controle associado a uma construção de nação, perpassa, portanto, o viés de ideologia e representação de um povo ou nação. A pergunta é qual é esse corpo? O que ele significa? A literatura e o pensamento tentam dar essa resposta por meio do ser nacional que, sabemos, só existe em um eterno devir.

3.2. Brasil – um corpo e alma doentes- Um identidade nacional indefinida

Ora toda essa população perdida num recanto de sertões, lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos, como que insulada, e realizando, por isso mesmo, a máxima intensidade de cruzamentos uniforme capaz de

justificar o aparecimento de um tipo mestiço bem definido, completo(...).

Enquanto mil causas perturbadoras complicavam a mestiçagem no litoral revolvido pelas imigrações e pela guerra; e noutros pontos centrais outros empedros irrompiam no rastro das bandeiras – ali, a população indígena, aliada aos raros mocambeiros foragidos, brancos escapados á justiça ou aventureiros audazes, persistiu dominante. (Sertões, p. 93)

Segundo Dain Borges, o livro de Euclides da Cunha é um ensaio de psicologia social política. Ao analisar o homem do interior, Euclides da Cunha se abstém do julgamento sobre a tese de que a mistura racial induz à degeneração, mas ele consistentemente baseia sua análise na psicologia social e no conceito médico-psiquiátrico mais amplo de degeneração no qual o corpo, clima, meio, espírito e moralidade eram confundidos como facetas de raça. Discussão muito cara ao pensamento social que norteou a questão do ser nacional como um problema racial.

A questão do ser nacional estava expressa num corpo que ainda se definia enquanto povo, o tipo a ser evidenciado e que tipo a ser pensado para se construir como autenticidade brasileira. O autor d'*Os Sertões* estava numa linha de pensamento do final do século que se encaixava no mesmo véis de Nina Rodrigues e Silvio Romero. Segundo Ortiz, "podem ser tomados como produtores de um discurso paradigmático do período em que escrevem; tem ainda a vantagem de podermos considerá-lo como discurso científico, o que de uma certa maneira esclarece as origens das ciências sociais brasileiras." (Ortiz:1984, 14)

O autor de *Os Sertões* esclarece em termos racistas a formação de um tipo "brasileiro" que esteve por muito tempo isolado do restante do Brasil. Esse tipo "médio de homem brasileiro", predominantemente caboclo, índio e branco e com "um pouco" de elemento negro forma o brasileiro, mas sem qualquer base civilizadora. Relação paradoxal desde o início. Ora, temos o que poderia dizer para intelectualidade, o típico brasileiro, do interior, mas esse não pode ser visto como o embrião de uma nação desenvolvida. Por outro lado, não temos o que seria relevante para uma nação-brasileira, pois no litoral a parte imigrante não é componente do tipo de povo adaptado, "aclimatado", como diriam os intelectuais da

época de Euclides da Cunha¹⁸. Tanto que uma condição muito evidente para a intelligentsia brasileira foi a idéia do branco europeu se acaboclar, relatos que Gilberto Freyre, justificou por ser o tipo ideal brasileiro. (Freyre, 2000)

Dentro ainda de um cenário de Evolucionismo, ou de um darwinismo-social, elaborado na Europa na segunda metade do século XIX, estas teorias podem ser tomadas como associadas à questão de um país com relação a seu povo: que a evolução histórica dos povos era uma consequência de propostas civilizacionais. Dessa forma, para a intelligentsia brasileira, a superioridade da civilização européia torna-se assim decorrente das leis naturais que orientariam a história dos povos. No contexto nacional abria-se uma problemática: que tipo de população era necessário para a construção de uma nação ou ser nacional? O atraso do Brasil diante de outros países demonstrava que alguma coisa não estava de acordo com termos civilizados e várias razões eram usadas para se explicar esse atraso. Toda essa explicação do atraso brasileiro vai se delinear em duas principais: o meio e a raça. Tanto Euclides da Cunha no seu livro esclarecedor dessa teoria, dividirá em longos capítulos a **Terra** e o **Homem**, assim como também fez Silvio Romero, nos seus primeiros estudos sobre o folclore, nos quais dividia a população brasileira em habitantes das matas e praias, dos sertões e das cidades.

História brasileira é, desta forma, apreendida em termos deterministas, clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro, as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato. (Ortiz:1984, 16)

Esses intelectuais tinham como certo que a questão de raça e meio era evidente para entender a questão nacional, pois sabiam que o país tinha um clima diferente do europeu assim como um povo distinto, o que faria com que fatores internos definissem a realidade brasileira. No entanto, Nina Rodrigues, Silvio Romero e Euclides da Cunha chegam a uma conclusão de que a problemática da raça é a mais ampla. Para Euclides, com sua tese sobre o nordestino, ele seria um

¹⁸ Renato Ortiz expõe em *Identidade cultural e cultura nacional* a relação mestiçagem que prevaleceu na interpretação brasileira. Os intelectuais de sua época estavam convencidos da particularidade brasileira e, a partir de um determinismo do meio e do clima, não haveria possibilidades de desenvolvimento de um branco na sua forma plena tendo um país de clima tropical, o que era mais viável o meio termo, nem negro e nem tão branco. O típico brasileiro seria o “moreno”

homem forte, pois na medida em que inseriu no terreno inóspito distanciou do florescimento da civilização, sua força, portanto, reside mais no desbravamento do que em traços civilizatórios.

A discussão estava exposta, a questão do meio diferenciava o Brasil da Europa e a mestiçagem para o tipo de clima brasileiro seria possível. A temática da mestiçagem é neste sentido real e simbólica; concretamente refere-se às condições sociais e históricas do amálgama étnico que se deu no Brasil para a construção de nação brasileira. Mas se coloca um problema, embora a aclimação do brasileiro se deva à sua mestiçagem para um clima afeito ao seu tipo, fica para os intelectuais o problema da inferioridade de outras raças nessa miscigenação.

O mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidas pela herança biológica. A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro. A mestiçagem simbólica traduz, assim, a realidade inferiorizada do elemento mestiço concreto. Dentro dessa perspectiva a miscigenação moral, intelectual e racial do povo brasileiro só pode existir enquanto possibilidade. O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, o processo de branqueamento da sociedade brasileira. (Ortiz:1984,21)

Segundo Ortiz, a “política de imigração desenvolvida no final do século vem ainda reforçar a importância deste assunto”.p18

É claro que a situação logo após o fim da escravidão demonstrava uma outra problemática para ser analisada, ou seja, não poderia deixar de ser, pelo grau de complexidade que diferia desse elemento novo, o negro, na verdade antigo, para a discussão que deveria também ser pensado como produtor cultural e social. A discussão sobre o negro não aconteceu naquele momento e só iria ocorrer posteriormente numa discussão de cima para baixo, que veremos com Gilberto Freyre. Desta mesma forma, a questão apresentada pela intelectualidade foi demonstrar a sua aversão e reticências à problemática negra. Para Ortiz, "a escravidão colocava limites epistemológicos para o desenvolvimento pleno da atividade intelectual. Somente com o movimento abolicionista e as transformações profundas que passa a sociedade é que o negro é integrado às preocupações nacionais." (Ortiz:1984,38)

Na sociedade brasileira, voltando à questão de conservação das classes, o corpo da sociedade burguesa atravessa sempre pela idéia de conservação de grupos étnicos ainda que, no cotidiano, tenha sido acompanhado o processo dessa relação sempre de maneira interdependente entre os grupos. Desde os remotos anos de escravidão, brancos, negros e mestiços dividam o mesmo ambiente. Mesmo dentro deles, as divisões eram claras e estáticas. Não havia uma relação de iguais, e os negros e mestiços sempre tiveram uma posição inferior dentro dessa sociedade, o que se mantém até os dias atuais. Mas com a industrialização e a urbanização crescentes, a questão de transformação ou mesmo de contatos aumentam num nível superior aqueles que a sociedade patriarcal estava acostumada a ter. Esta pressão é sentida na atmosfera dos grupos e o temor da mistura parece inevitável, mas o processo de distinguir é grande e marca a trajetória da sociedade brasileira.

No primeiro momento logo após a escravidão ou mesmo pouco antes da abolição, o temor do que fazer com esse grupo estava preso ao um comando branco. O medo dos negros e, particularmente dos contatos inter-raciais, se torna um pânico sem limites (Beluche, 2006)¹⁹. Este temor ocorre, mas no interior de uma sociedade que prevalece ainda uma velha estrutura, mesmo sem escravidão a questão negra se torna sempre abandonada, de maneira proposital para não correr riscos a discussões mais liberais. É o temor da discussão que irá até meados dos anos 30. Mas por que então esta discussão só volta com certa força em alguns momentos da história brasileira e se acalma em outros? Podemos perceber que a discussão entra em cena antes e durante abolição, pois a necessidade de tratar a questão é evidente. O pensamento do final do século que debatia a questão de superioridade evolui para uma questão médica, o perigo estava na transferência de genes, exemplo disso, a contaminação do leite materno dado pelas amas de leite negras para os filhos da elite poderia prejudicar a integridade moral e física do

¹⁹ Sobre a corrente analítica sociológica dos pânicos morais consulte Miskolci, Richard. Pânicos Morais e Controle Social – Reflexões sobre o Casamento Gay. In: cadernos pagu. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007. v.28. Para o caso específico do pânico moral criado pela anunciada abolição da escravatura consulte Beluche, Renato. *O Corte da Sexualidade – O Ponto de Viragem da Psiquiatria Brasileira no Século XIX*. (Dissertação de Mestrado). São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2006, mimeo (a versão em livro será publicada pela Editora Annablume).

recém-nascido, passando os genes de degeneração ou mesmo de doenças, segundo afirmavam, ser naturais da raça negra e, por consequência, mestiça.

Essa discussão, de uma conduta de superioridade hierárquica entre as raças para uma explicação médica é apresentada como uma espécie de “evolução” no pensamento social, fundada em meios mais "seguros de análise". Para Dain Borges a questão ressurge para Gilberto Freyre numa questão ainda de hierarquia, onde o branco mais uma vez é o portador da civilização. "Como explorador e colono, o português era dinâmico, como proprietário de escravos o brasileiro virou parasita." (Borges, 2005, 60)

A psicologia de Freyre, segundo Borges,

está numa relação da sexualidade com a civilização e o caráter individual, ainda que ecleticamente com certos toques de idéias freudianas, deve mais a sexologistas da degeneração como Moll e Krafft-Ebing. Ele inverte o moralismo deles com uma afirmação da "sexualidade sem pudores" derivada da vanguarda boêmia e o ethos informal do brasileiro. A maioria dos leitores contemporâneos de *Casa Grande e Senzala* encarou seu erotismo como um argumento radical de que valores modernistas irreverentes podiam endossar a complexa harmonia étnica da nação." (Borges, 2005, 60-1)

Após a neutralização dos movimentos radicais por volta de 1898, as políticas republicanas oficiais contra a degeneração incentivaram a imigração européia. Nesse período as suas medidas mais ambiciosas focaram no saneamento. Os primeiros anos da Republica Velha foram palco de um expressivo movimento de valorização do sertão seja como espaço incorporado seja como espaço de autenticidade nacional. Segundo Nísia Trindade Lima, várias expedições como a Candido Rondon, a Comissão Geológica em São Paulo e expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz, investiram no intuito de conhecer mais o interior e fazer investigações com base em explicações científicistas sobre o meio e o povo. Escusado dizer que nessas expedições *Os Sertões* de Euclides da Cunha tenha tido forte influência.

3.3. Missão civilizatória – O Sertão é o Brasil

Reforça-se[a partir do atraso do país] a ampliação do sentido atribuído á palavra sertão, superpondo-se a critérios geográficos e demográficos e demográficos de abandono e exclusão. Fala-se de um sertão caracterizado pelo abandono e pela doença. Um sertão desconhecido, mas que era do tamanho do Brasil. Lima.

"O sertão está em toda a parte". GSV, p.8

Os projetos empreendidos pela República Velha sempre estiveram associados à idéia de modernização, construção de ferrovias, Inspetoria de Obras contra a seca, construção de linhas telegráficas. Mas, segundo Nísia T. Lima, a questão de modernização ou mesmo de autenticidade de país no interior era uma construção decorrente do período do Império. É da constituinte de 1823 a proposta de José Bonifácio para a construção de uma capital no coração do Brasil o que, como sabemos, iria levar mais de cem anos para concretizar. A preocupação com o interior do Brasil e construção de uma nação dentro desse território era uma preocupação antiga. A discussão só irá tomar corpo quando o engenheiro-escritor observará no seu relato de expedição ao povoado de Canudos uma diferença entre o que ele via no Litoral, a capital Rio de Janeiro, e a população sertaneja do interior.

O dualismo entre litoral/interior poderia encontrar uma nova representação de uma civilização de copistas, e o sertão de Canudos, ambiente caracterizado pela supremacia da natureza sobre o homem, pela quase impenetrabilidade da caatinga pela a autenticidade na nação. Certamente, este sentido convive com a representação negativa do homem do sertanejo – que com sua mentalidade e religiosidade mestiça e atávica resistia à mudança e ao fatalismo de um processo civilizatório do qual não poderia escapar. Mas é essa ambivalência que, na perspectiva eucladiana, torna não apenas possível, como positivo e necessário, para a civilização do litoral, o projeto de incorporação efetiva do interior à construção do Estado nacional no Brasil." (Lima,1998,p.68)

As incursões para o interior do País proliferaram com o incentivo de médicos-cientistas que já lutavam contra todas as doenças que estavam associadas aos lugares mal cuidados no litoral, em especial na capital do país. Expandia-se para o resto do país a forma como tinha se dado a reurbanização e as melhorias do aparato urbano do Rio de Janeiro, por meio de total arbitrariedade do governo diante da população que, no caso da capital, foi expulsa do centro e levada a formar as primeiras favelas. Isso mostra a importância que se dava à saúde pública para a melhora da civilização brasileira, o que apontava uma melhor visão civilizada para o estrangeiro e acesso para o imigrante europeu.

Percebemos que a questão da profilaxia era uma questão de ordem nacional, haja vista o grave problema encontrado no litoral. Para Nísia T. Lima, incursões para o interior do Brasil serviram para investigar aquilo que os cientistas e médicos já tinham pensando sobre o meio e a raça. As expedições chefiadas por cientistas do Instituto Oswaldo Cruz percorreram localidades do Vale do São Francisco, de Pirapora, em Minas Gerais, a Juazeiro, visitando a maioria dos povoados ribeirinhos. Segundo Lima, para os cientistas aquela era uma região atrasada, devido à questão racial, ao clima e à distância de muitos povoados em relação ao litoral, o que os levava a declarar que não poderia haver progresso onde a gente se contenta a vegetar sem melhorar as condições de vida. E para endossar a observação com relação à questão racial, percebem a pouca presença da mistura com índio e o predomínio de mestiços do branco com o negro (Lima, 1998).

É evidente que a questão racial era uma preocupação, levando em conta que a problemática de uma raça ou povo brasileiro sempre esteve presente, todavia o seu enfoque após a I Guerra Mundial demonstrou serem as doenças a principal causa do atraso brasileiro. Demonstrava um avanço na explicação, por assim dizer, podia ser uma solução após os avanços da medicina. Triunfava, portanto, uma explicação médica profilática diante de uma explicação racial, embora não pudessem estar redimidos da última explicação. A mudança dessas explicações, mostrando o sertanejo como “o piolho da terra”, como afirma o escritor Monteiro Lobato na literatura. Sua personagem Jeca Tatu, que inicialmente apresentara o caboclo como uma raça degenerada em 1914, muda em 1918 por influência das pesquisas sobre a saúde mental de forma a mostrar que os problemas eram decorrentes das doenças em que o sertanejo estava acometido. Ele começou a

escrever sobre a campanha de saúde pública, assim a nação brasileira podia ser redimida por ação positiva, através de postos de saúde pública. Belisário Penna defendeu em *Saneamento do Brasil* (1918) que a doença real do país era a anemia moral do sistema brasileiro, corrompido pelo coronelismo e que o único programa de saúde pública prático requeria uma purificação moral da política (Borges, 2005).

A questão sobre a eugenia ou etnia ainda não pode ser, dentro do esforço dos intelectuais do começo do século XX, um problema inteiramente resolvido. A *Revista do Brasil* (1916-1925), cujo editor e responsável era então o escritor Monteiro Lobato, afirmava que “pensar a nação ainda significava, antes de tudo, enfrentar a tortuosa questão do estatuto étnico dos habitantes, assunto que figurava na agenda da nossa intelectualidade pelo menos desde a Independência.” (Guimarães apud de Luca, 1999). Entretanto, foi justamente a partir de meados dos anos 1910 que o paradigma racial começou a sofrer, no que respeita à apreensão e ao conteúdo, deslocamentos importantes que a historiada Tânia de Luca nos coloca como um processo do pensamento social brasileiro. No entanto, de forma muito lenta, não se desprende da questão da raça como explicação plausível para a civilização brasileira. Nas décadas iniciais do século XX, não eram poucos os que continuavam a encarar a composição étnica da população como fator decisivo, que subordinava todos os demais aspectos da vida nacional e do qual dependia, inclusive, as chances futuras de qualquer país vir a integrar o concerto das nações.

Faz-se interessante termos uma comparação com relação à questão da eugenia que o país detinha no seu seio, o que não é assustador se compararmos com o que ocorria em países em que as pesquisas sociais eram mais avançadas. Como descreve a historiadora De Luca:

É curioso observar que o ideal eugênico ganhou força no início do século XX, com a fundação de sociedades - Alemanha (1905), Inglaterra (1907), Estados Unidos (1910), França (1912) – que tinham em vista o desenvolvimento de pesquisas nesse campo e ou a discussão e a implementação de práticas eugênicas. De fato, a esterilização compulsória vigorou, por décadas a fio, em mais de um país. Na Europa, as primeiras leis nesse sentido surgiram na Suíça (1928) e na Dinamarca (1929), países nos quais foram esterilizadas cerca de 8.500 pessoas entre 1930 e 1939. Nos EUA, nação que esteve na vanguarda eugênica até os anos 30, o montante chegou à casa dos 70 mil entre 1907, ano da adoção da primeira lei de caráter eugênico, e o final da Segunda Guerra Mundial. Certamente nenhum Estado foi tão longe quanto o nazista, cujo tribunal especial de saúde genética supervisionou a esterilização compulsória de cerca de 1% de toda a população do país (Stepan, 1991, p.30-2, apud de Luca, p.153)

A historiada De Luca aborda a *Revista do Brasil*, muito conhecida pela intelectualidade dos anos 1910 e 1920, e mostra que a questão racial não estava esquecida, pois a mestiçagem parecia um grande incômodo. Porém, a problemática higiênica empreendida no mesmo período parecia como outra forma de encarar o tema racial, pois a problemática da mistura não era um dado apenas teórico. No Brasil, a mistura racial era algo concreto e era levada a sério a questão da mestiçagem, associada, curiosamente para olhos contemporâneos, à possibilidade de industrialização do país.

Em vez de absorção passiva ou mera repetição, o que implicaria negar ao Brasil chances de futuro, ocorreu um esforço de apropriação, um trabalho de interpretação, reelaboração e mesmo luta com princípios que nos eram francamente desfavoráveis. Esse embate, cujo início antecedeu em muito o período abarcado pela primeira fase da *Revista do Brasil* (1916-1925) - basta lembrar nomes como Nabuco, Romero, Nina Rodrigues, Araripe Júnior, José Veríssimo, Euclides da Cunha ou Manoel Bonfim – nele sofreu alterações importantes que abriram caminho para uma abordagem que, ao privilegiar o aspecto sanitário, contribuiu para atenuar a força do paradigma racial. (Luca: 1999, 157)

Com as questões em torno de uma relação que passa do seu caráter racial para uma questão higienista, embora a questão racial ainda estar presente, as mudanças do caráter darwinista-social para uma higienista tem por decorrência o "avanço" ou melhoria da ciência. Essas são algumas conjecturas e mudanças que sofrem as sociedades e como ao longo desse processo redefinem as suas proposições. Essas alterações que estão no campo científicos que, por sua vez, não estão desvinculados do caráter cultural. As questões em torno de uma problemática científica e cultural cobrem os significados dos conteúdos de toda construção de uma nação e seus discursos²⁰. Um momento que dará algumas outras bases discursivas estará no desenvolvimento industrial brasileiro, período em que a ideologia do trabalho e da inclusão se fará mais presente.

²⁰ Para um estudo recente sobre essa questão, no cenário americano, consulte a instigante obra do sociólogo norte americano Roderick A. Ferguson. *Aberrations in Black – Toward a Queer of Color Critique*. Minneapolis/London, Minnesota University Press, 2004.

3.4. Modernismo e Nacionalismo nos anos 1920 a 1950

Para o Brasil entre as décadas de 1920 e 1950 as influências mais diretas eram diversas: a teoria antropológica de Franz Boas de que a cultura e não a hereditariedade racial determinou as diferenças entre comunidades humanas e o primitivismo estético da vanguarda européia parecia evidenciar uma nova perspectiva para a questão nacional.

A compreensão sobre as questões de nacionalidade ou no sentido de dar significado ao que era nação ganharia com os avanços das ciências sociais. Ainda que nossas ciências sociais estivessem em processo e a separação dessas duas chamadas interpretações, uma de caráter ensaística e outra de regras científicas e metodológicas, não fora completada. Nesta tradição de pensamento ainda era marcada a discussão da intelligentsia brasileira sobre que tipo de país e de povo teríamos como símbolo de Brasil.

Essa é uma das premissas de Nísia trindade Lima que “consiste em questionar a identificação de uma descontinuidade absoluta entre a formulação de argumentos sociológicos no período anterior a 1930 e aqueles que passam a se definir posteriormente, com a institucionalização universitária das ciências sociais.” (Lima, 1998,17) Descontinuidade para a autora é a crítica às idéias predominantes de uma sociologia mais neutra ou não presa a critérios de observação neutros. Quem trabalha com essa visão, pensa numa divisão ideológica e posteriormente científica. A pesquisadora investiga no seu texto sobre o sertão como a identificação nacional a partir de uma sociologia dos autores visando explicar a formação social e cultural brasileira. O tema que interessa à autora é a forma como os campos não se definiram da forma que pregoavam os cientistas sociais, ainda num período que ainda quase simultâneas explicações ensaísticas de tradição não acadêmicas e outras acadêmicas. Segunda a autora:

a interdependência da ciência em relação a outras instituições e esferas da cultura é mais forte nos momentos iniciais de institucionalização, tendendo o grau de autonomia a aumentar à medida que se verificar o avanço de um campo de conflito e sua caracterização como um fim em si mesmo. (Lima, 1998,18).

Renato Ortiz encara a formação de Gilberto Freyre numa linha não institucionalizada como ainda precursor de uma tradição em que as discussões têm o apego dentro de uma episteme raciológica. No entanto, no que se refere aos outros intelectuais dentro desse véis institucionalizado como novos estudiosos de formação distinta das ciências sociais, evidencia que as obras de Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr pegarem carona no que Gilberto Freyre expôs em suas interpretações sobre o Brasil.

Os ensaístas sociais pioneiros das décadas de 1920 e 1930 atacaram o racismo de cor no curso das explorações da historia nacional, mas eles o fizeram com uma imaginação ainda marcada pelo conceito, ou ao menos o fantasma, da degeneração. *Retrato do Brasil* (1928) de Paulo Prado, segundo Borges, contestava que a teoria da miscigenação causava degeneração. O ensaio é essencialmente um estudo sobre as origens históricas da tristeza no espírito nacional, mas analisa ambigualmente a melancolia como síndrome espiritual e física. Com a exposição ao novo conceito antropológico de cultura Gilberto Freyre tem uma posição anti-racista mais forte em *Casa Grande e Senzala* (1933). Não a raça, mas a cultura é o que famílias, comunidades e sociedades comunicam aos seus descendentes. “De forma simultânea e ambígua, Freyre defende o vigor brasileiro em termos eugênicos: os portugueses eram uma raça forte, não latinos decadentes”. (Borges, 2005,p.60)

Se Paulo Prado retrata a alma brasileira como falta de energia psíquica, Freyre resolve o tema da preguiça de início ao afirmar o vigor e a energia da colonização portuguesa. O que quer que esteja errado com os brasileiros contemporâneos, Freyre atribui à conquista predatória dos índios, que levou ao sadismo e à escravidão que induziu a uma inércia parasitária (Borges, 2005).

Tal retrospecto de pensamento valia tanto para a esquerda como para a direita, como em Plínio Salgado que fundou o movimento fascista Ação Integralista brasileira em 1932, e defendia que o Brasil atingiria a fusão racial do tipo mestiço do caboclo.

Uma vaga crença comum era a de que o espiritismo poderia transcender o conflito. A direita também herdou da oligarquia republicana as metáforas orgânicas de governo. Assim, intelectuais ligados ao regime de Vargas justificaram a colonização das fronteiras, o fechamento das escolas em língua estrangeira e restrição à imigração como protegendo a integridade do corpo da nação.(Borges:2005,63)

Após a década de 1930 tanto intelectuais de direita como de esquerda desacreditaram nas teorias degenerativas, mas ainda dentro de uma ideologia social organicista. Antonio Candido, em seu texto canônico sobre a *Sociologia do Brasil* (1956), compara os momentos da formação da sociologia em três fases, dentre elas que chamamos de não especialistas, percebe-se que as filiações destes no caráter ainda autodidata; o segundo, que chama de transição, como formação nas ciências sociais embora não institucionalizado, com Gilberto Freyre entre os maiores desse período, entre 1930 a 1940; por fim, a sociologia dos especialistas, onde depois de 1940 um número considerado de sociólogos em pesquisas e um campo quase sedimentado nas ciências sociais.

Atentamos à explicação da transição de uma sociologia autodidata, que padece dessa tradição de dependência dos ideais de nação, sua composição étnica, questão de modernidade, ao invés de, por exemplo, atender para direitos civis. Esse período é marcado por divagações a respeito da administração pública que ganharia peso para a celebração do Estado forte em 1930, a saber, o pensamento social estava desde Alberto Torres aberto ao terreno para a implantação e medidas de controle e autoritarismo de Estado.

Alberto Tôrres foi pensador de maior tomo e muito mais importância na história das nossas idéias. O seu objetivo imediato era a reforma constitucional e a regeneração administrativa, pois entendia que, num país sem povo consciente e, portanto sem opinião pública formada, incumbiam ao Estado às tarefas fundamentais de organização e decisão. Uma reforma do Estado seria a chave, imaginando ele para tanto um Poder Coordenador algo fantástico e francamente inoperante, pelos mesmos motivos em que fundava a sua crítica.

Interessa, porém, à Sociologia notar que fundou as suas opiniões numa concepção coerente da sociedade brasileira. Partindo da função exercida na evolução social pela maior ou menor adaptação dos grupos humanos ao meio, combate a teoria da superioridade constitucional dos povos nórdicos europeus sobre os meridionais, de onde proviemos, bem como da inferioridade dos povos de cor, autóctones ou importados pela escravidão. As raças se ajustam diferentemente aos diferentes meios; o nosso é favorável aos povos mediterrâneos, devendo-se notar que os da Península Ibérica são mesclados largamente de sangue africano; é também evidentemente favorável ao africano e ao nosso índio; neste caso, os nórdicos é que seriam aqui mesologicamente inferiores. Tôrres conclui que temos, de modo geral, a população adequada e capaz para o nosso meio, não havendo razão para pessimismo racista. (Candido, 2006, 279-80)

Destaca-se a questão de uma forma arcaica de pensamento social ainda no seu determinismo de raça e meio, do corpo ainda não definido e que precisa de uma

forma organicista para funcionar, um corpo ou ser social que não tem controle sobre si mesmo, fazendo necessário um organismo forte para organizá-lo. A questão que expõe a intelectualidade é o tema do aproveitamento desse contingente amorfo de um clima variado e raças variadas, portanto, favoráveis para um melhor aproveitamento das regiões e da economia, mas tudo isso feito de uma forma tutelar pelo Estado que guiará a melhor forma de engendrar o “progresso”.

Esta é uma questão que Antonio Candido coloca e que anos mais tarde ainda irá aparecer em nosso pensamento social, questão assim exposta por Renato Ortiz:

qual a razão de uma mudança tão radical, que transubstancia o elemento mestiço, produto do cruzamento com uma raça inferior, em categoria que apreende a própria identidade nacional? Creio que se considerarmos as relações entre cultura e Estado a questão pode ser melhor esclarecida.(Ortiz, 1984,p.37)

O próprio Antonio Candido responde a questão afirmando uma possibilidade ou uma conjuntura suficiente digna de fazer valer uma administração e política de Estado. Mais uma vez, a questão que segue Candido é a de uma interferência para consolidar uma melhor dinâmica de intervenção do estatal, aproveitando dentro do país tipos brasileiros de cada zona territorial para o melhor desenvolvimento do país.

Percebemos que a questão de raça e meio é evidenciada mais uma vez, porém a questão que se coloca e será daqui por diante no pensamento social a formação de uma postura de administração e ordenamento desse corpo, desse organismo, que o país como metáfora de corpo em funcionamento auxilia a um controle estatal mais forte a partir da década de 1930.

Com a *Revolução de 30* as mudanças que vinham ocorrendo são orientadas politicamente, o Estado procurando consolidar o próprio desenvolvimento social. O trabalho de Gilberto Freyre, segundo Ortiz, vem atender a esta demanda social assim como o pensamento de Sérgio Buarque e Caio Prado Jr significam rupturas não tanto pela qualidade de pensamento que produzem, mas, sobretudo, pelo espaço social que criam e que dá suporte às suas produções. Dessa maneira, se pensarmos nos temas das condições de adaptação dos meios, das raças coexistentes brasileiras, ou mesmo da tipificação do brasileiro médio, o mestiço, para o nosso clima, e ainda dentro de um chamado estado centralizador, tem-se, para Ortiz, a afirmação de que “não há ruptura entre Sílvia Romero e Gilberto Freyre,

mas reinterpretação da mesma problemática proposta pelos intelectuais do final do século[XIX].” (Ortiz, 1984, p.41)

A passagem do conceito de raça para o de cultura elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço. Gilberto Freyre transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que apreende uma identidade que há muito tempo vinha sendo desenhada. Essa elaboração de Freyre é coerente com as transformações da sociedade que o Estado empenhava-se para gerir.

O mito das três raças tornou-se então plausível e pode se atualizar como ritual. A ideologia da mestiçagem que estava aprisionada nas ambigüidades das teorias racistas, ao ser reelaborada pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualidade celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional.” (Ortiz,1984, 41)

A forma como Gilberto Freyre lida com a problemática nacional dá continuidade a uma tradição, mas de forma atualizada no momento de reorganização do Estado brasileiro. *Casa Grande e Senzala* possui uma qualidade indiscutível: une a todos. Por isso, é saudado tanto pela direita como pela esquerda. Ao falar da cultura brasileira Gilberto Freyre concede ao brasileiro uma carteira de identidade. Termos como

preguiça, indolência consideradas como inerentes à raça mestiça, são substituídas por uma ideologia do trabalho. Os cientistas políticos mostram, por exemplo, como esta ideologia se constituiu na pedra de toque do Estado Novo. O mesmo processo pode ser identificado na ação cultural do governo Vargas, por exemplo, na ação que se estabelece em direção á música popular. (Ortiz,1984.42-3, grifos meus)

Ortiz vê que na obra de Gilberto Freyre não há menções à ideologia do trabalho, mas *Casa Grande e Senzala* apresenta a possibilidade de enfrentar a mesma questão nacional em novos termos: “Ao permitir ao brasileiro se pensar positivamente a si próprio, tem-se que as oposições entre pensador tradicional e um Estado novo não são imediatamente reconhecidas como tal, e são harmonizadas na unicidade da identidade nacional”. (Ortiz, 1984, p.43)

O projeto de Nação proposto pelo governo nos anos 30 e mais com a unidade que a obra de Gilberto Freyre de pensar o mestiço como elemento positivo cria as bases de políticas nacionais de integração e políticas do trabalho, reunindo todos, sejam brancos, negros e mestiços para a unidade nacional. É dentro do discurso nacionalista que podemos ver o eco das inspirações de Alberto Torres de pertencer à unidade de um corpo nacional que está em funcionamento interior de suas variedades geográficas e de povo. O mito das três raças, corporificadas no mito da nação evidencia ao longo da história brasileira este ente ou ser que está em processo de civilização. Na década de 1950 um fator dessa política de Estado consolidaria políticas mais conservadoras e tuteladoras do Estado, a saber, o populismo. Dentro dele, destaca-se Juscelino Kubitschek com seu slogan de governo: “cinquenta anos em cinco”, o qual vigia no período da escrita de *Grande Sertão: Veredas*. Fato esse que demonstrava uma grande transformação social e econômica em andamento de um Brasil rural a um Brasil de forte urbanização e industrialização. A inspiração de Brasil desenvolvido e progressista estava nas palavras do presidente que sabemos estava na mesma doxa da intelectualidade de pensar os Brasis opostos.

A preocupação do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) era a integração redesenhada no seu momento como progresso técnico e cultural, dando a cabo a construção de uma capital no “coração” do Brasil. Isto demonstra o quanto a intelectualidade, de artistas e escritores (Guimarães Rosa), estava atenta a essa transformação. A preocupação, mais coerente em Guimarães Rosa estava para uma fundação de uma nação de raiz interior, projeto de um presidente mineiro: "Se no começo do século XX, o Estado era uma entidade sem perfil nacional e pouco operante administrativamente, a partir dos anos 1940, nenhum intelectual menosprezava seu papel e influência na vida econômica e social do país." (Oliveira, 2006, p.490). O período que expomos nesse capítulo é sobre a configuração histórica dos grandes marcos para o pensamento social brasileiro. Estamos falando de um período eminente para as ciências sociais e para o desenvolvimento industrial brasileiro.

As questões que significam uma mudança para o cenário das ciências sociais num momento que a problemática do interior e do litoral não parece se resolver, ou melhor, a questão das ciências sociais para outra atmosfera de especialistas

transmite uma preocupação de questionamentos do que é o Brasil moderno e o que é o Brasil atrasado. O que isso configura para o nosso objeto em específico? Antes, tivemos o posicionando a partir de uma análise de formação de um tipo ideal brasileiro, mas adentramos em questões que absorvem a questão do tipo de construção de nacionalidade ou, em outras palavras, a busca de um discurso que emprega para validar o projeto de país. A preocupação de levantar o contexto histórico da época de Guimarães Rosa, momento este que é determinado por várias mudanças no cenário econômico, social, administrativo (centralização do poder) e cultural em que as bases ideológicas do Estado, que nesse período parecem ser mais evidentes.

A chegada de Getúlio Vargas ao poder demonstra um indicativo para o nosso estudo do período. A primeira proposição é de que o Estado que vai ao poder nesta ocasião é um Estado que toma por si os encargos de criar um desenvolvimento industrial, pois não havia conjunturas significativas para que ocorresse nas classes sociais ou mesmo da burguesia brasileira. Assim, não é de estranhar que o trabalho sociológico brasileiro surja profissionalizado dentro da temática de uma suposta modernização das relações sociais, econômicas e culturais brasileiras. A evolução não significa uma separação do momento antes do que se fazia sociologia nos meios não especializados para os especializados. O pensamento brasileiro nessa época ainda tem seus ranços herdados do começo do século XX. Percebemos isso na questão do ser nacional, a questão de expor uma explicação do tipo mestiço como ícone de uma construção de nação até os anos 1930.

De certa forma, a transformação social e estrutural em termos econômicos e sociais ocorrida nos anos 30 possibilitou uma nova forma de organização e especialização em todos os níveis e setores da sociedade e com ela novas formas de pensar o ser nacional. Essa dinâmica criou um mecanismo de cultura econômica e também as bases de uma especialização científica. No entanto, esse processo irá acontecer de forma gradual. A institucionalização das ciências sociais e concomitantemente a formação de institutos voltados para investigações sobre a particularidade brasileira tinha como objetivo gerar melhores pesquisas para o desenvolvimento nacional. O ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, criado em 1955, vinha para consolidar essa função para o progresso nacional. Tal euforia não deixava de acontecer nos meios acadêmicos, político com o slogan do próprio

governo Juscelino e inclusive para o próprio Guimarães Rosa. Percebe-se que, a partir de seu protagonista, as coisas “demundaram” e o avanço civilizacional vai adentrando para o interior do Brasil, que completará quando estiver alcançada toda a sua extensão.

Dessa forma, a escrita da obra de Guimarães Rosa, implica numa busca não só de mentalidades e experiências científicas. Em *Grande Sertão: Veredas* essa identidade sertaneja se insere em toda uma tradição de pensar que homem é esse do interior, que de antemão é um homem valente, mas desprezado por sua incivilidade materializada em crenças e modos de vida. Porém, para Guimarães Rosa, o jagunço é um forte, tem que permanecer forte para que não fosse massacrado, mas tem a sua evolução com o próprio ex-jagunço que se torna fazendeiro²¹. A questão da evolução de um jagunço para um fazendeiro exprime uma relação com um processo civilizatório, porém é crítico com relação ao suposto avanço. O escritor também coloca as questões que afligem o sertão e que não foram resolvidas, como nesse trecho:

Mas , o senhor sério tenciona devassar a raso este mar de territórios, para sortimento de conferir o que existe? Tem seus motivos. Agora – digo por mim – o senhor vem ,veio tarde. Tempos foram, os costumes demundaram. Quase que, de legítimo leal, pouco sobra,nem não sobra mais nada. Os bandos bons de valentões repartiram seu fim; muito que foi jagunço, por aí pena,pede esmola. Mesmo que os vaqueiros duvidam de vir no comércio vestidos de roupa inteira de couro, acham que traje de gibão é feio e capiau. E até o gado no grameal vai mingando menos bravo, mais educado: casteando de zebu, desvém com o resto de curraleiro e de crioulo. Sempre, no gerais, é a pobreza, à tristeza. Uma tristeza que até alegre. Mas, então, para uma safra razoável de bizarrices, reconselho de o senhor entestar viagem mais dilatada.. GSV, p24

Pensar a questão da população e o seu território são preocupações explícitas dos sociólogos do período em que se começa a refletir sobre o *ser nacional*, qual tipo de nação e povo que deverá vingar, quais as melhores intervenções do planejamento sobre as questões econômicas, sociais e culturais para o indivíduo que mora no campo. A questão da terra, do interior, do aproveitamento desse território, o medo de acabocamento do próprio imigrante nas terras que os

²¹ Coincidências a parte, mas permanece uma certa relação com a evolução do próprio personagem do *Jeca Tatu* de Monteiro Lobato. Ao pesquisar a biblioteca de Guimarães Rosa no Instituto de Estudos Brasileiros, na USP, pude perceber sua atenção ao escritos de Monteiro Lobato, com anotações e sublinhados. Coincidência ou não, parece uma relação bem próxima com o *Jeca Tatu*, do enfermiço para um sadio e empreendedor fazendeiro.

sertanejos habitam estão na análise de Emilio Willems diante do problema da terra, em que o processo de plantio não satisfaz um plano de modernização que deva acompanhar o da cidade²². Percebemos que a literatura de Guimarães Rosa está dentro dessa relação dicotômica de constituição de identidade nacional ou de nação progressista, da reflexão sobre a modernidade como um processo com feições particulares nossas ou copiado de um modelo europeu. Não é escusado dizer que o próprio Guimarães Rosa era um homem do interior, a sua preocupação de um homem que tem a sua formação dentro e o olhar de alguém que sai do meio rural e entra para o mundo urbano, portanto também marca a problemática de pensar essa abordagem de alguém de fora ou de dentro de contextos modernos ou não.

Se no momento de Euclides da Cunha era importante mostrar dois Brasis, um atrasado e outra cópia, um interior e o outro no litoral com a sua civilização embasada no que não é nosso, algo distinto se dá na época de Guimarães Rosa. A oposição entre interior e litoral não se resolve e daí sua preocupação de colocar essas duas vertentes em um indefinido processo civilizador, ao que parece, se dá no final do romance. A relação entre homens e natureza, a luta constante contra a natureza e contra o próprio homem marca a questão do enfrentamento de um processo emancipatório que então termina com o fim dos jagunços.

Nossa proposição é de que Guimarães Rosa, dentro de uma temática de pensar o ser nacional, encontra sua síntese no apaziguamento do interior como sinal do avanço do processo civilizador para dentro do sertão. Por muito tempo, a crítica e até mesmo as ciências sociais propuseram um viés de interpretação de que o desenvolvimento econômico e social do interior seria a possibilidade de progresso enquanto no romance de Guimarães Rosa a luta se dá entre valores de forma que um modo sertanejo se torna ideal de civilização em uma epopéia brasileira.

No romance de Guimarães Rosa, inserido nas discussões sobre um momento de grandes transformações no Brasil, há uma curiosa ênfase não mais tanto na “raça”, antes na virilidade e sua alocação social. O sertanejo mais forte e destemido revelar-se-á em dois personagens cindidos: Diadorim e Riobaldo. O primeiro, na verdade uma mulher travestida de jagunço para uma vingança pessoal, uma versão

²² O próprio Guimarães Rosa leu as obras do sociólogo Emilio Willems, observa-se no livro que o autor de *Grande Sertões: Veredas*, sublinha em vários momentos do livro, a aculturação dos alemães. (IEB, USP)

contemporânea da donzela guerreira. Riobaldo, por sua vez, seria a típica encarnação do sertanejo guerreiro adaptado à demanda de um ícone de nacionalidade, mas tem sua força justamente no que o distancia desse ideal (masculino e heterossexual), o desejo homoerótico pelo companheiro de luta, Reinaldo-Diadorim.

Capítulo 4

4.1.Homoerotismo no Romance de Guimarães Rosa

Grande Sertão: Veredas foi escrito na década de 1950, período em que questões de gênero e sexualidade haviam gerado movimentos sociais ainda pouco articulados e com espectro de ação limitada. Se o feminismo já era um velho conhecido, ainda que com pouca força, o mesmo não se podia dizer de um movimento homossexual, o qual inexistia no Brasil e tinha ação restrita nos países centrais²³. A variabilidade afetiva e sexual humana mal tinha começado a receber mais atenção após o famoso relatório Kinsey de final da década de 1940 e o então denominado “homossexualismo” era considerado uma patologia mental. A visão hegemônica era contrastada pelas artes e, em especial pela literatura, onde o tema da “amizade apaixonada” entre jovens do mesmo sexo já dava lugar a histórias menos idealizadoras do amor que não dizia seu nome²⁴

Como analisamos nos capítulos anteriores, o romance mais famoso de Rosa se insere na tradição que discute o tema da nação brasileira. Agora, neste capítulo, empreenderemos uma reflexão preliminar sobre como o caráter inovador de seu empreendimento literário está justamente em abordar essa temática nacional por meio do embaralhamento de concepções tradicionais de gênero e sexualidade. Na obra do escritor mineiro, percebemos que o ícone brasileiro de nacionalidade é um homem guerreiro, mas que tal identidade ideal não existe sem o Outro não-expresso, mas constituinte de suas fronteiras, o feminino projetado apenas nas mulheres e naqueles homens que servem de exemplo negativo do que é socialmente esperado (homossexuais).

Aqui buscaremos trazer ao discurso este outro suplementar e subordinado que jaz por trás do ícone visível do guerreiro, o jagunço ou vaqueiro (*cowboy* nos

²³ Sobre uma história do movimento gay consulte Jagose, Annemarie. *Queer Theory – An Introduction*. New York, New York University Press, 1996.

²⁴ Um bom retrato da forma como as relações homoeróticas foram retratadas na literatura e, especialmente até o início do século XX, aí encontraram o melhor meio de expressão pode ser encontrado em Miller, Neil. *Out of the Past – Gay and Lesbian History from 1869 to the Present*. New York, Alyson Books, 2006.

Estados Unidos) que é apresentado como ideal da nacionalidade em diversos contextos sociais e históricos. Buscaremos explorar como Rosa apresenta a centralidade do marginal ao realocar o discurso da nacionalidade dentro de uma narrativa marcada por uma relação homoerótica assim como pelo travestimento de uma mulher que se revela mais corajosa do que a maioria dos homens.

4.2.Uma confissão com muitas narrativas – As cisões no hegemônico

O romance começa com a confissão do velho Riobaldo sobre sua história, ou melhor, sobre o entrelaçamento de histórias em que se deu sua vida. Daí o caráter aparentemente confuso da narrativa que mescla contos e causos. Nas mais de cem páginas iniciais da confissão do velho Riobaldo, vários episódios se sucedem sem uma ordem cronológica. O personagem-narrador expõe a sua vida de jagunço, fala de Diadorim, de Hermógenes, de Zé Bebelo, de Joca Ramiro e Medeiro Vaz, do padrinho Selorico Mendes e da Mãe Bigri, das mulheres amadas, enfim, de todos os eventos que podem ser vistos como uma espécie de "introdução" à sua vida nas condições adversas do contexto sertanejo.

A leitura hegemônica do romance, quer seja pela crítica literária no interior das ciências sociais, tendeu a enfatizar o aspecto integrativo da narrativa de forma a manter a tradição da chave interpretativa da obra como grande feito cultural da nacionalidade brasileira no século XX. Tal perspectiva não se sustenta diante do grande número de contos ou causos, guerras, conflitos entre o domínio do meio e homens que formam o romance e, ao mesmo tempo, fraturam discursos homogêneos e normativos. Temos episódios que deduzem uma atmosfera bestial nas relações entre as personagens e essas “bizarrices” que estão entre uma confissão ou outra do próprio narrador que confundem a fronteira entre o ser normal e anormal. O caso da violência que tem como personagens Firmiano e Jazevedão demonstra o quão é impensável a questão de gestos de misericórdia e de amor desinteressado. Os contos seguintes mostram uma aberração diante dos padrões civilizados devido ao desrespeito pelo parentesco na relação incestuosa entre os

primos que termina em filhos malformados. Na seqüência, as características dessa transgressão do parentesco, o filho casado com a mãe, vingando-se, posteriormente, da proibição do Padre, ao matar este representante da ordem divina na terra. Estas evidências de uma urdidura de contos que sustenta o romance demonstra a tendência dispersiva, cindida do romance para com as noções homogêneas de uma narrativa articulada e integradora.

É nesta perspectiva que adentramos na forma como Rosa desfaz o mito da nacionalidade corporificado pelo homem guerreiro do interior, o sertanejo forte e bravo, o jagunço. Desde a escolha de uma narrativa em primeira pessoa que dá voz a este mito, o que o humaniza e apresenta em suas cisões, incoerências, dubiedades, Rosa deixa patente seu intuito desmitologizante. O tom confessional também evidencia o aspecto central da sexualidade na estória, pois historicamente, a confissão é a forma privilegiada para o relato do desejo, especialmente o socialmente inaceitável²⁵. Assim, a história de Riobaldo, construída na confluência de tantas outras vidas do sertão, se cruza com a história de Reinaldo.

Se a vida de Riobaldo é marcada pelo encontro com Reinaldo-Diadorim também é a narrada, a qual, por meio da confissão, reconstitui sua amizade com o valente jagunço. Na crítica literária, predominaram interpretações da relação entre Riobaldo e Diadorim marcadas por concepções genéricas e ahistóricas de amizade e/ou amor. A respeito desses julgamentos sobre a problemática sexual dos personagens, podemos citar os principais autores que se debruçaram sobre o assunto: Benedito Nunes (1991), Walnice Nogueira Galvão (1997) e Francis Utéza (1994). Cada um deles abordou, respectivamente, o amor na obra de Guimarães Rosa, a relação mítica d'A *donzela-guerreira* e a figura andrógina de Diadorim. De uma forma básica, seria possível criticar estas distinções pela forma ingênua com que adotaram fronteiras entre o amor e amizade como relações distantes e estanques, mas sendo mais críticos, é necessário observar a forma como tentam manter uma perspectiva interpretativa hegemônica, que busca preservar o romance dentro da esfera heterossexual confundida como a própria esfera da nacionalidade.

²⁵ Foucault afirmou a falácia da hipótese repressiva ao descrever como vivemos em uma sociedade que “fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz; denuncia os poderes que exerce e promete libertar-se das leis que a fazem funcionar.” (Foucault, 2005, p.14) Em outras palavras, o filósofo afirmou que a sexualidade não é proibida, antes constantemente trazida ao discurso. O que a existência da psicanálise vem corroborar.

Podemos apontar também o discurso naturalizado que associa sexo e gênero, como, por exemplo, a questão da mulher guerreira tratada por Walnice Galvão na obra *A donzela Guerreira*, na qual apresenta Diadorim como uma figura mítica em que a troca de papel assumido pela personagem feminina, vestida em traje masculino, mostra a capacidade de ação feminina dentro de um campo que era exclusivo dos homens: a esfera pública. No entanto, devemos observar que a troca de identidade, da personagem Reinaldo (Diadorim) se dá a partir de um ethos masculino específico, típico do contexto histórico e social do sertão brasileiro de inícios do século XX²⁶. A “transgressão” é marcada por uma gramática das relações de gênero que não pode ser compreendida fora do tempo e da sociedade em que se insere. Sendo assim, a interpretação mítica cai sempre numa perspectiva atemporal e idealizante que busca fugir do caráter transgressor da narrativa que ficaria evidente em uma perspectiva histórica e sociológica.

A despeito de Diadorim ser uma mulher, Riobaldo não o vê assim, daí seu desejo pelo amigo ser claramente homoerótico e marcado pelos estigmas sociais associados a essa forma de relacionamento entre homens. Portanto, consideramos importante nos afastarmos de interpretações idealizantes da relação entre os protagonistas como uma versão de algum mito medieval ou que reduz a relação de amor entre os dois personagens a uma configuração homem-mulher, na qual prevalece a doxa heterossexual. O amor de Riobaldo por Diadorim é, em suas próprias palavras, um “amor condenado” e, nos termos da cultura popular do sertão, algo associado ao mal, até mesmo ao demoníaco. Não por acaso, é como prova de amor a Diadorim que Riobaldo decide fazer um pacto com o diabo para adquirir a força necessária para vingar a morte do pai de seu amado.

O mito do pacto com o demônio também apareceu associado à homossexualidade em *Doutor Fausto* (1947), de Thomas Mann, outra obra marcada pela discussão da nacionalidade e seus descaminhos. No caso do romance de Rosa, o uso do mito pode ser interpretado como meio para sublinhar a quebra com a

²⁶ Os papéis assumidos tanto por homens e mulheres, segundo Bourdieu (1999) ou mesmo Welzer-Lang (2001), prescreve sobre uma dominação masculina; o que também justifica a crença daquilo que é associado ao heroísmo, a marca da virilidade como sendo um componente, por definição, intrínseco a masculinidade. A expiação da heroína é uma ação esporádica na consolidação de mitos femininos que radicam a uma moral masculina de força.

ordem, com as prescrições da coletividade, portanto como um gesto de ruptura com certas normas sociais, mais claramente, com a heterossexualidade compulsória²⁷.

Grande Sertão: Veredas é uma obra literária de meados do século XX, portanto mesmo sob uma inspiração em mitos apresenta uma estória que pode (e deve) ser analisada levando em consideração o período em que foi criada. Ao abordarmos a relação entre Riobaldo e Diadorim é necessário evitar desenvolver uma análise que apele a concepções de amizade e amor imutáveis e transcendentais. Além de histórica, uma relação de amizade tem configurações sociais diferenciadas²⁸ e, no caso brasileiro, mais especificamente nas classes populares do sertão, ela se insere em uma relação a ser explorada com a identidade masculina hegemônica do jagunço, o homem-guerreiro. Assim, podemos tentar determinar alguns aspectos sociais e históricos que marcaram a relação entre Riobaldo e Diadorim.

Guimarães Rosa apresenta o meio social sertanejo e suas particularidades brasileiras, sobretudo, as que o inspiram a transgredir a hegemonia guerreira e masculina por meio da relação homoafetiva entre Riobaldo e Reinaldo/Diadorim. Enfatizamos, portanto, a análise das masculinidades dentro de sua configuração espaço-temporal, e atentamos para as particularidades da vida sertaneja em que a dominação masculina se afirma dentro de um binarismo do masculino e feminino que o romancista “subverte”²⁹.

Grande Sertão: Veredas convida ainda a explorar a relação conflituosa de seu protagonista com a identidade masculina hegemônica. O conceito de masculinidade

²⁷ Segundo Miskolci, heterossexualidade compulsória é um termo criado por Adrienne Rich no início da década de 1980, o qual explicita o fato de que não há uma orientação sexual “natural”, antes prescrições sociais da forma como as pessoas devem se relacionar amorosamente. A heterossexualidade não é um estado original humano, mas o resultado da exposição a processos contínuos de controle e disciplina por meio da socialização familiar, escolar, midiática. (Cf. Miskolci, 2007)

²⁸ Sobre a amizade, compreendida em termos históricos, consulte a tríade de livros de Francisco Ortega e as entrevistas de Michel Foucault publicadas no último volume de *Ditos e Escritos*. Também minha monografia de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais: Almeida, Emerson R. F. *A Amizade como Política*. Araraquara, FCL_UNESP, 2004.

²⁹ Para Pierre Bourdieu a dominação se reflete no meio social em sua forma legitimada que parece natural, mas como ele próprio coloca: “longe de afirmar que as estruturas de dominação são a-históricas, eu tentei, pelo contrário, comprovar que elas são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução pelo qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, Família, Escola, Estado”. (Bourdieu, 1999, p. 46)

hegemônica, criado por Kimmel, mas também utilizado por pesquisadores como Miguel Vale de Almeida (2000) e Daniel Welzer-Lang (2001) expõe a existência de um modelo socialmente prescrito de como “ser homem” em cada época e sociedade. Justamente por se tratar de um modelo, um ideal, a maioria dos indivíduos reais tende a ter dificuldades em seguir completamente a identidade masculina hegemônica ou simplesmente é alocada fora dela. Aí se inserem aqueles denominados homossexuais, mas também muitos que, mesmo se relacionando sexualmente com pessoas do sexo oposto, são vistos como portadores de uma masculinidade insuficiente ou imperfeita, como é o caso de homens pertencentes a “minorias” étnicas, idosos, etc.

Os conflitos simbólicos sobre masculinidades estão presentes na obra de forma que se torna pertinente estabelecer uma análise que enfatize o sexismo e heterossexismo. Para Welzer-Lang a dominação masculina se tornou uma evidência que vai além da questão da opressão das mulheres e adentra na formação da identidade masculina, a qual sempre é confrontada com uma forma hegemônica de masculinidade. O heterossexismo, segundo Welzer-Lang

é a promoção incessante, pelas instituições e/ ou indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação simulada da homossexualidade. O heterossexismo toma como dado que todo mundo é heterossexual, salvo opinião em contrário.(Welzer-Lang, 2001)

A própria figura de Diadorim e as divagações de Riobaldo permitem observar desconstruções feitas por Guimarães Rosa com relação ao patriarcalismo e as formas socialmente prescritas de relações amorosas e sexuais. Observações estas que são também apontadas por Wille Bolle (2000) a partir de sua análise sobre a personagem Diadorim. Segundo o autor, a figura de Diadorim é central para o enredo da obra, ou seja, ele é uma figura de composição da narrativa “através da lembrança de Diadorim, não apenas em um ato de memória afetiva individual, mas também uma reflexão sobre a sociedade e a história”³⁰. Uma crítica contundente, e no caso mais particular, segundo Bolle, a personagem Diadorim seria

³⁰ Willi Bolle. “Diadorim: a paixão como médium-de-reflexão”. In: Revista USP, n.50, 2001, p.91

Idem. A análise feita por Bolle sobre a personagem Diadorim evidencia uma interpretação da obra de Guimarães Rosa em crítica a obra de Euclides da Cunha. Assim, a “reescrita d’Os Sertões chamada Grande Sertão:Veredas, que é uma crítica artística da historiografia, etnografia e poética do livro precursor.”(Bolle, 2001,p.91)

um contraponto crítico e feminino a *Os Sertões* de Euclides da Cunha³¹. Seguindo este raciocínio, a personagem Diadorim equivaleria a uma figuração do corpo social, o qual, como sabemos, trata-se de uma mulher travestida para poder seguir um ethos guerreiro.

É possível compreender a relação entre Riobaldo e Diadorim como uma contestação de normas e regras morais, mas também dos valores associados à nacionalidade e que costumam ser corporificados em expressões culturais como romances, músicas e filmes na figura de heróis homens e guerreiros (pressupostos como heterossexuais). O desejo homoerótico de Riobaldo lhe dá a coragem para romper as normas sociais, gesto sintetizado de forma metafórica em seu “pacto” com o demônio. A partir disso, Rosa obriga-nos, passo a passo, a revermos os pressupostos que marcam nossa concepção do brasileiro como homem heterossexual e guerreiro.

Em *Grande Sertão: Veredas*, Reinaldo-Diadorim, um jagunço valente, revela-se, por fim, uma donzela-guerreira, rompendo, portanto a associação simplória entre coragem e masculinidade. Riobaldo, um guerreiro apaixonado pelo amigo, luta por ele em nome de seu amor e o resultado das batalhas se revela a pacificação do sertão. O sertanejo continua um forte nesta obra da década de 1950, mas sua luta tem objetivos socialmente transgressores e resultados coletivamente mais civilizados.

4.3. Diadorim – um amor subversivo

"Diadorim, meu amor..." Como era que eu podia dizer aquilo? Explico ao senhor: como se drede fosse para eu não ter vergonha maior, o pensamento dele que em mim escorreu figurava diferente, um Diadorim assim meio singular, por

³¹ Idem. A análise feita por Bolle sobre a personagem Diadorim evidencia uma interpretação da obra de Guimarães em crítica a obra de Euclides da Cunha. Assim, a “reescrita d’Os Sertões chamada Grande Sertão: Veredas, que é uma crítica artística da historiografia, etnografia e poética do livro precursor.” (Bolle, 2001, p.91)

fantasma, apartado completo do viver comum, desmisturando de todos, de todas as outras pessoas – como quando a chuva entre-onde-os-campos. Um Diadorim só para mim. Tudo tem seus mistérios. Eu não sabia. Mas, com minha mente, eu abraçava com meu corpo aquele Diadorim – que não era de verdade. Não era? A ver que a gente não pode explicar essas coisas. Eu devia de ter principiado a pensar nele de que decerto cobra pensa: quando mais-olha para um passarinho pegar. Mas – de dentro de mim: uma serepente. Aquilo me transformava, me fazia crescer dum modo, que doía e prazia. Aquela hora, eu pudesse morrer, não me importava. GSV, 272

A relação entre os protagonistas, afetivamente intensa, é a mediadora entre uma identidade aparente (social) e outra, perigosa, demoníaca, mas mais verdadeira e profunda, a qual o narrador Riobaldo tenta reconstituir em seu relato “autobiográfico”. O trecho citado acima descreve o momento em que estão em uma cidade, Guararavacã: "Aquele lugar, o ar. Primeiro, fiquei sabendo que gostava de Diadorim- de amor mesmo amor, mal encoberto em amizade" GSV,241. No momento de sua confissão ao "senhor": "eu estava sozinho, num repartimento dum rancho, rancho velho de tropeiro, eu estava deitado numa esteira e taquara.". É neste momento de solidão, no qual não teme julgamento ou represália dos outros companheiros, que o personagem fala como estava a amar o seu companheiro.

Fica claro que a relação entre Riobaldo e Diadorim se tratava, nas palavras do protagonista, “de amor mal encoberto em amizade”. Por que encoberto? A constituição de uma masculinidade hegemônica decorre de uma transformação histórico-social que subtrai as masculinidades não desejadas e as relega ao silêncio ou à abjeção (Sedgwick, 2007; Miskolci, 2007). Como afirmou Foucault, em alusão indireta ao “amor que não diz seu nome”:

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discríção é exigida a uns e outros. Não existe

um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos (Foucault, 2005:30).

O amor condenado de Riobaldo é vivenciado “em silêncio” e só chega ao discurso como confissão em sua velhice, mas reservado a um confidente (e a nós leitores), portanto inserido nas estratégias discursivas de nossa sociedade, a qual relega ao privado esse tipo de amor. A confissão de um amor secreto contrasta com as visões hegemônicas de masculinidade baseadas na publicização de conquistas (heterossexuais), mas torna ainda mais problemática a figura do sertanejo bravo em seu caráter de ícone da nacionalidade brasileira. O soldado ou guerreiro não costuma ter cisões internas e muito menos amores transgressivos que deixam na berlinda sua masculinidade.

Discutimos na construção de uma nacionalidade brasileira que toda e qualquer nação tem a sua origem numa idealização de força e de virilidade. Tanto é assim que as honrarias ao soldado morto e as demonstrações de bravura quase se fundem com ideais de nacionalidade, os quais normalmente não têm explicitado o sexismo que reside na valorização do masculino associado à força guerreira e às batalhas em defesa da coletividade.

Na Europa dos séculos XVIII e XIX, o patriotismo e a masculinidade passaram a ser intimamente conectados. Desde cedo criou-se uma imbricação entre os ideais de racionalidade como os postulados científicos e o ideal moderno de masculinidade, concepções que também definiam as mulheres como sendo seres humanos eternamente infantis³². Os discursos darwinistas sociais, particularmente o psiquiátrico e o criminológico, emprestavam sua autoridade científica para a criação do estereotipo físico e moral dos desviantes, pervertidos e todos aqueles normalmente tidos como devassos, afeminados e fracos (Foucault, 2001; Oliveira, 2004, p. 57)

Os países europeus, por exemplo, estabeleceram suas fronteiras durante séculos de guerras, portanto tendo no campo de batalha e nos soldados componentes fundantes da idéia de nação. Dessa maneira, é inevitável apontar como se criou historicamente a associação entre nacionalidade, ethos guerreiro e masculinidade. O que se deu, também, de forma a associar o estrangeiro com o

³² Sobre os paralelos entre raça e gênero na ciência consulte Stepan, Nancy Leys. Raça e Gênero: O papel da analogia na ciência In: Hollanda, Heloísa Buarque de. Tendências e Impasses – O Feminismo como Crítica da Cultura. Rio de Janeiro, Rocco, 2004.

feminino, dominável, subordinado e invadido (penetrado)³³ Estamos no reino da construção de binarismos poderosos como homem/mulher, masculino/feminino, heterossexualidade/homossexualidade, força/fraqueza, razão/irracional, controle/descontrole. Como observa Oliveira:

O filósofo Jacques Derrida denominou nossa racionalidade como falocêntrica, ao indicar o acoplamento entre falo e o logos ocidentais, caracterizando-a pelo seu enaltecimento da identidade masculina, européia, branca e heterossexual. Ao mesmo tempo, ela torna desqualificado o contratipo(ou feminizado), não europeu, não branco, homo-orientado, associado, associados ao selvagem ou ao racional.(Oliveira, 1994, p. 58).

Este mecanismo da racionalidade binária explicita o conceito de suplementaridade de Derrida, ou seja, o fato de que toda afirmação contém, mesmo que não expressa, seu oposto. Por exemplo, é impossível ser masculino sem ter como referente um valor oposto e subordinado. Um homem só pode se afirmar heterossexual em contraste com uma identidade oposta e socialmente considerada inferior, a homossexual. Isto é patente na desqualificação que estrutura uma piada homofóbica, a qual reafirma o hegemônico tomando como referente um tipo caricato e “negativo”: o homossexual³⁴ Assim, em nossa análise, fica mais compreensível como a questão da nacionalidade opera dentro de uma valorização da masculinidade hegemônica, portanto em oposição e subordinação de outras masculinidades ou, mais explicitamente, da homossexualidade³⁵.

Oliveira chama a atenção para a insuficiência das definições sobre masculinidade e enfatiza a importância das suas características históricas, a sua

³³ Essa construção simbólica dos países centrais em tensão necessária com a projeção de valores negativos e subordinados em um Outro foi analisada por Edward W. Said em seu clássico *Orientalismo*. São Paulo, Cia das Letras, 2007. Esta obra, segundo Miskolci, pode ser considerada a fundadora dos Estudos Pós-Coloniais, ainda que estes só se consolidassem com este título a partir de coletâneas publicadas no final da década de 1980 (cf. Miskolci, 2007).

³⁴ Não por acaso, a suplementaridade é um dos conceitos mais importantes para os Estudos Pós-Coloniais e a Teoria Queer, esses saberes subalternos que se originaram do desenvolvimento e especialização dos Estudos Culturais. Sobre Estudos Pós-Coloniais consulte Costa, Sérgio. *Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial*. In: RBCS. São Paulo, ANPOCS, 2006. v. 21, n.60, p.117-134. No que concerne à Teoria Queer consulte Louro, Guacira Lopes. *Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação*. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 2001, v.9, n.2. p.541-553 e Miskolci, Richard. *Tensões e Afinidades: A Teoria Queer e a Sociologia*. (mimeo, 2007)

³⁵ Segundo Miskolci (2007), este procedimento analítico que busca desconstruir idéias hegemônicas expõe a forma como elas se baseiam na necessária tensão com Outro que inferiorizam e subordinam marca as análises do discurso empreendidas na linha da Teoria Queer.

força de arregimentação social, a imbricação com outros lugares simbólicos estruturantes e o seu poder de orientar a formulação. Assinala, desta forma, que, nos últimos três séculos, inúmeras características tidas como positivas a exemplo da valentia, firmeza, inteligência e imponência foram associadas ao ser masculino e vistas como qualidades sobre as quais a própria sociedade gostava de se autoprojetar.

Os ícones de uma cultura sertaneja, seus símbolos, como por exemplo, o notório Lampião, realocam em nosso país e em outro período histórico os mesmos símbolos da masculinidade e suas supostas formas superiores, valores e expressões. Ainda no século XIX, ressaltam-se os discursos médicos que alimentaram o slogan *mente sã num corpo sã* e ajudaram a desqualificar Outros como insanos, negros, judeus, homoorientados que não se encaixavam no ideal burguês de masculinidade, imputando-lhes o *status* de serem diferentes ou serem deficientes sob algum aspecto. Junto a essa desqualificação, a mulher costumava também ser vista como ser inferior.

Em Grande Sertão: Veredas, encontramos uma narrativa fortemente associada ao nacional que subverte a ordem sexual e de gênero. A obra de Guimarães Rosa expõe eixos ambíguos do sertanejo, não só do personagem-narrador, mas também de outros jagunços presentes no romance e que rompem com ideais hegemônicos. Assim, o autor não segue um ideal nacional associado a um processo civilizador unitário e racionalista que pressupõe o domínio masculino tradicional, pois o apaziguamento do sertão se revela produto de um amor proscrito e da valentia de uma donzela guerreira. Diadorim morre bravamente na luta com o bando de Hermógenes, episódio que marca o fim dos embates no sertão.

5. Conclusões

Procuramos apresentar um novo olhar sobre *Grande Sertão: Veredas*, de forma a compreender - de forma sociológica e histórica – a sua inserção na tradição cultural brasileira marcada pelo tema da nacionalidade e da autenticidade cultural. Neste sentido, inicialmente analisamos as leituras feitas pela crítica literária de forma a apontar seu comprometimento com a construção de um ideal de nacionalidade. Optamos por uma abordagem propriamente sociológica que reconstituisse a problemática em que se insere o romance de Guimarães Rosa. Somado a isso, buscamos historicizar a empreitada criativa do escritor mineiro, de forma a tornar mais explícitas as similaridades e diferenças de sua obra em relação a outras com as quais dialoga,, em especial, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha.

Esperamos que nossa análise tenha suscitado questões relevantes para discutir ideais de nacionalidade, os quais, assentam-se em formas hegemônicas que tendem a se impor em oposição a outras, ocultas e silenciadas, em geral também subordinadas e inferiorizadas. Foi nesse sentido que apontamos tanto o caráter racista da compreensão da nacionalidade até ao menos a década de 1930 quanto o (hetero)sexismo com relação ao qual opusemos o enredo ousado de *Grande Sertão: Veredas*. Nossa tese é a de que a obra mais célebre de Guimarães Rosa rompe com uma narrativa homogenia e monolítica de nação desde a linguagem passando pela história marcada por transgressões e rupturas com as formas simbólicas então correntes para a representação da nacionalidade.

O tema do sertão como espaço de discussão da nacionalidade brasileira e do sertanejo como seu ícone foram explorados tanto na literatura quanto nas ciências sociais nascentes. Em ambas, esta comunidade imaginada (Anderson) teve seus ícones na figura do mestiço degenerado de Euclides e posteriormente no sertanejo doente de Monteiro Lobato. Na literatura, chegamos, por fim, ao retrato do sertanejo em sua identidade complexa e sexualmente transgressora na figura do protagonista criado por Guimarães Rosa.

Sob a perspectiva da sociologia da cultura e dos estudos culturais, nosso estudo buscou evidenciar como a cultura está impregnada de discursos monolíticos: do colonizador, do ideal moderno (sociedade européia), da masculinidade e da sexualidade hegemônicas. A análise da obra de Guimarães Rosa guiou-nos para o

tema da nacionalidade e da masculinidade por meio da relação de complementaridade entre o que se estabelece como hegemônico e o que é subtraído para a construção da unidade e homogeneidade coletiva da nação.

Por fim, esboçamos uma análise histórica e sociológica do romance de forma a evidenciar seu caráter transgressivo com relação às formas anteriores de lidar com a temática da nacionalidade. Sublinhamos a forma como Rosa desconstrói a figura do guerreiro como ícone da nacionalidade e o apresenta como transgressor de normas sexuais e de gênero. Assim, tentamos, nessa dissertação, levantar questões pertinentes sobre as relações entre a literatura, o pensamento social e os ideais hegemônicos que marcam nossa vida coletiva. Diante deles e suas pressões normativas encontramos as táticas desenvolvidas pelos não-estabelecidos, aqueles que sabem bem o que significa o alerta de Guimarães Rosa de que “Viver é muito perigoso”.

6. Bibliografia:

BELUCHE, Renato. *O Corte da Sexualidade – O ponto de viragem da psiquiatria brasileira*. São Paulo, Annablume, no prelo.

BHABHA, H. *O Local da Cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

Costa, Sérgio. *Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial*. In: RBCS. São Paulo, ANPOCS, 2006. v. 21, n.60, p.117-134.

CUNHA, E. Os Sertões.

BOLLE, W. *Grandesertão.br*. O romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004.

BORGES, Dain. Inchado, feio, preguiçoso e inerte. A degeneração no Pensamento no Pensamento Social Brasileiro, 1880-1940. In: *Teoria/Pesquisa*, 2005, n.47, Jul/Dez

BOURDIEU, P. *As regras da arte*. Gênese e estrutura do campo literário. Trad. Maria Lucia Machado, 2 ed, São Paulo: Cia das Letras, 2005.

EAGLETON, T. A idéia de cultura. Trad. Sandra Castello Branco, revisão técnica Cezar Mortari, São Paulo: UNESP, 2005.

DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil – um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Trad. Ruy Jungmann; revisão e apresentação e notas, Renato J. Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v2.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. São Paulo, Graal, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 5ed., Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Microfísica do Poder*. São Paulo, Graal, 2006.

_____. *Os Anormais*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

GALVÃO, W.N. *A donzela-guerreira: um estudo de gênero*. São Paulo: SENAC, 1997

_____. *As formas do falso*. São Paulo: Perspectivas, 1972.

HALL, S. *Da diáspora – identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik, traduções de Adelaine La Guardiã Resende, Ana Carolina, Cláudia Alvarez, Francisco Rüdiger,

Sayonara Amaral, Belo Horizonte: Editora UFMG/ Brasília-Representação da Unesco no Brasil, 2003.

_____. A Identidade Cultural na Pós-modernidade. Trad. Thomaz Tadeu da Silva, Guacira L. Louro, 10ed., Rio de Janeiro:DP&A, 2005.

HOBBSAWN. Eric, e RANGER, Terence. *A reinvenção da tradição*.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JAGOSE, Annemarie. *Queer Theory – An Introduction*. New York, New York University Press, 1996.

LEPENIES, W. *As três Culturas*.Trad. Maria Clara Cescato, Sao Paulo: Edusp, 1996.

LIMA, N.T. *Um sertão chamado Brasil*. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional, Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LOBATO. M. Jeca Tatu.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 2001, v.9, n.2. p.541-553.

MATTELART, Armand Introdução aos Estudos Culturais. São Paulo: Parabólica editorial, 2006.

MILLER, Neil. Out of the Past – Gay and Lesbian History from 1869 to the Present. New York, Alyson Books, 2006.

MISKOLCI, Richard. Do Desvio às Diferenças. In: Dossiê Normalidade, Desvio, Diferenças. Teoria & pesquisa. São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2005.

_____. Machado de Assis, o Outsider Estabelecido In: *Sociologias*. Porto Alegre, Pós-Graduação em Sociologia, 2006. n.15, p.357-377

_____. Tensões e Afinidades: A Teoria Queer e a Sociologia. 2007 (mimeo)

_____. Thomas Mann, o Artista Mestiço. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2003.

NUNES, B. O amor na obra de Guimarães Rosa. In: *Eduardo F. Coutinho (org) Guimarães Rosa*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

OLIVEIRA, Márcio de. O ISEB e a Construção de Brasília: correspondências míticas. In: *Sociedade e Estado, Brasília*, v.21, n.2, p.487-512, maio/ago de 2006.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

ORTIZ, R. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *A Moderna Tradição Brasileira*. 2ª ed, São Paulo: Brasiliense, 1989.

PROENÇA, M. Cavalcanti. *Augusto dos Anjos e Outros Ensaios* - 1ª Ed, 1959

ROSA, J.G. *Grande Sertão: Veredas*. 19ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SAID. E. W. *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottmam, São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. *Orientalismo*. São Paulo, Cia das Letras, 2007.

UTÉZA. F. *João Guimarães Rosa: metafísica do Grande Sertão*. Tradução de José Carlos Garuglio, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e a homofobia. In: *Revista de Estudos Femininos*. Florianópolis, CCE-UFSC, ano 9, vol.9, segundo semestre de 2001, p.461-481.

WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Trad. Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

GALVÃO, W.N. *A donzela-guerreira: um estudo de gênero*. São Paulo: SENAC, 1997

OLIVEIRA. P.P. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

ROSENFELD, K. H. *Grande Sertão: Veredas. Roteiro de Leitura*. São Paulo: Ática, 1992.

Outras fontes:

Site: da Academia Brasileira de Letras, disponível: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2>, retirado em 24 de junho de 2007.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. 19ed. corrigida, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1946 (Biblioteca pessoal de G. Rosa- IEB, USP)

WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos Alemães no Brasil*. Ed. Ilustrada, São Paulo: Editora Nacional, 1946. (biblioteca pessoal de G. Rosa- IEB, USP.)

MONTEIRO, Lobato. A barca de Gleyre: quarenta anos de correspondência literária entre M. Lobato e Godofredo Rangel. São Paulo: Editora Nacional, 1944.(biblioteca pessoal de G. Rosa – IEB, USP)